Sumário

Número de notícias: 55 | Número de veículos: 49

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Publicada portaria que reajusta benefícios do INSS acima do mínimo5

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: qual será o novo teto? E o reajuste de quem se aposentou em 2023? Confira tabela6

JORNAL DO COMÉRCIO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ANFIP

Aposentadorias do INSS são reajustadas em 3,71%7

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CASCAVEL E REGIÃO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
ANFIP

Aposentadorias acima do mínimo terão reajuste de 3,71% e teto do INSS será de R\$ 7.786 em 20249

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Benefícios acima do mínimo terão ajuste de 3,71%11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS será de R\$ 7.786 em 202412

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados terão reajuste e vão ganhar até R\$ 7.78613

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi confirma que reajuste das aposentadorias será de 3,71%15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Conselho volta a reduzir teto de juros do consignado do INSS16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: reajuste eleva o teto da aposentadoria para R\$ 7,7 mil17

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Quanto investir por mês para se aposentar com o teto do INSS?19

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Nova redução do limite do juro do consignado21

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto dos juros do consignado cairá22

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do consignado cairá para 1,76% ao mês23

Sexta-Feira, 12 de Janeiro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de juro passa a ser de 1,76% para consignado 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Redução do teto de juros 25

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Segurados acusam descontos indevidos 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alcance de nova lei de previdência é dúvida 28

ESTADÃO ONLINE - SP
ANFIP

Mudança de Lula no imposto de renda conservou injustiça tributária com classe média
..... 29

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tabela do IRPF reforça a concentração de renda 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação de compras de até US\$ 50 pode bancar desoneração 32

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto em compras na Shopee e Alibaba 34

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Regra para escolha de tributação 35

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Halving deve sustentar a alta em 2024 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Brasil terá um forte ciclo de investimentos em infraestrutura" 37

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário faz balanço positivo e projeta 2024 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novas medidas favorecem brasileiros 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IPCA fecha 2023 em 4,62% 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IPCA fecha 2023 dentro da meta 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aposta esportiva: o que muda após a validação das bets (Artigo) 45

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A reforma tributária: o que esperar de 2024 (Artigo)..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fundo garantidor deve pesar em balanços de bancos americanos..... 48

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação do país fecha 2023 em 4,62%..... 49

O POPULAR - GO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação fica abaixo do teto após dois anos..... 51

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - AGRONEGÓCIO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Agricultores familiares têm isenção de ICMS..... 53

GAZETA DE ALAGOAS - AL - NACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pandemia reduziu expectativa de vida para os próximos anos, aponta estudo..... 54

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação fecha 2023 em 4,62%, diz IBGE..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação volta para meta após 2 anos..... 56

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

IPCA menor do que previsto reduz espaço para gastos..... 57

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Orçamento pode ter corte de R\$ 4,4 bilhões..... 58

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Argentina encerra 2023 com inflação de 211,4%, acima até da Venezuela..... 59

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Após dois anos, IPCA fecha 2023 dentro da meta de inflação..... 61

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Inflação caiu, mas não será fácil atingir a meta de 3% (Editorial)..... 63

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação oficial tem alta acumulada de 4,62%..... 65

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Inflação fica abaixo do teto, mas preços ainda estão altos..... 66

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil registra menor inflação desde 2020..... 67

Sexta-Feira, 12 de Janeiro de 2024

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Desinflação no País deve seguir, apesar de riscos..... 68

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Taxa leva governo a cortar R\$ 4,4 bi em despesas..... 69

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Pressão de preços reduz chance de corte de juros em março pelo Fed..... 70

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

FMI: crescimento global será "resiliente"..... 72

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar recua com investidores estimando corte de juros nos EUA..... 73

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT
ECONOMIA

Proporção sobe a 77,6% em dezembro..... 74

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Proporção de endividados sobe a 77,6% em dezembro e a de inadimplentes cai a 28,8%
..... 76

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Mudanças na Esplanada são pontuais e não indicam reforma ministerial..... 77

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercados têm reação contida a inflação resiliente no Brasil e EUA..... 79

Publicada portaria que reajusta benefícios do INSS acima do mínimo

Publicado em 12/01/2024 - 08:21
Agência Brasil - Brasília

Por

A portaria que reajusta em 3,71% os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) acima de um salário mínimo foi publicada nesta sexta-feira (12) no Diário Oficial da União .

Com a definição do índice de reajuste - que segue o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano passado - o teto do **INSS** atual terá acréscimo de R\$ 278,52, passando dos atuais R\$ 7.507,49 para R\$ 7.786,01 em 2024.

Além de corrigir os benefícios, o INPC também é aplicado para reajustar as contribuições para a **Previdência Social**, que sobem conforme o salário. Quanto mais o trabalhador na ativa recebe, mais está sujeito a alíquotas adicionais que elevam a contribuição.

Os benefícios atrelados ao salário mínimo subirão 8,4%, de R\$ 1.320 para R\$ 1.412. A variação corresponde à política correção aprovada em agosto do ano passado, que prevê a reposição da **inflação** pelo INPC do ano anterior, mais o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

O decreto com o valor do salário mínimo, que responde pela maior parte dos benefícios da **Previdência Social**, foi assinado no fim de dezembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O **INSS** começará a pagar os benefícios de janeiro no fim do mês. Para quem ganha um salário mínimo, o pagamento da aposentadoria, pensão ou auxílio será feito entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Quem recebe além do mínimo terá o benefício depositado entre 1º e 7 de fevereiro.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/publicada-portaria-que-reajusta-beneficios-do-inss-acima-do-minimo>

INSS: qual será o novo teto? E o reajuste de quem se aposentou em 2023? Confira tabela

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, confirmou na quinta-feira que o reajuste dos benefícios do **INSS** para quem ganha acima de um salário mínimo será de 3,71% , ou seja, sem ganho real.

O percentual é o menor em cinco anos, já que o índice que corrige os benefícios, o INPC, refletiu a queda da **inflação** no ano passado.

Para quem recebe pelo piso, haverá ganho real, graças à política de valorização do salário mínimo adotado pelo governo Lula . Desde 1º de janeiro, o piso subiu para R\$ 1.412, com um reajuste de 6,97% sobre o valor vigente em 2023, que era de R\$ 1.320.

Mas qual será agora o novo teto do **INSS** ? E quando começa a ser pago os benefícios com o reajuste? Para quem se aposentou ao longo de 2023, qual será o índice de correção?

Atualmente, o valor máximo do benefício para aposentadorias e pensões é de R\$ 7.507,49. Com o reajuste de 3,71%, o novo teto vai subir para R\$ 7.786.

Os beneficiários do **INSS** que passaram a receber aposentadoria, pensão ou auxílio ao longo de 2023 - e ganham acima do salário mínimo nacional - terão um reajuste proporcional, de acordo com a data em que começaram a ter direito ao benefício.

Por isso, os ministérios da **Previdência Social** e da Fazenda divulgaram, nesta sexta-feira, uma tabela escalonada com percentuais de correção de acordo com o mês de concessão.

Isso ocorre porque, segundo o **INSS**, esses beneficiários não sofreram os efeitos da **inflação** cheia de 2023 sobre seus benefícios. Por isso, terão reposição proporcional.

A vigência dos reajustes é para janeiro - ou seja, o novo valor vai ser pago ao beneficiário quando este receber sua aposentadoria, pensão ou auxílio nos primeiros cinco dias úteis de fevereiro.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/01/12/inss-qual-sera-o-novo-teto-e-o-reajuste-de-quem-se-aposentou-em-2023-confira-tabela.ghtml>

Aposentadorias do INSS são reajustadas em 3,71%

/PREVIDÊNCIA

A partir de 1º de fevereiro, aposentados e pensionistas do **INSS** Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem acima do salário mínimo terão o benefício reajustado em 3,71%. A exemplo do que tem ocorrido nos últimos anos, não haverá aumento real para estes beneficiários. A correção equivale apenas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrado de janeiro a dezembro do ano passado. O índice mede o aumento do custo de vida para as famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Quem começou a receber o benefício acima do piso a partir de fevereiro de 2023 terá um reajuste proporcional à variação do INPC no período. Cálculos feitos pela reportagem mostram o novo valor de aposentadorias e pensões com os índices de reajuste proporcionais para quem começou já era aposentado antes do início de 2023 e concessões iniciadas em janeiro do ano passado. Aposentados e pensionistas devem considerar que os valores reajustados poderão ter descontos do Imposto de Renda (IR), se estiverem acima do limite de isenção.

Quem recebe até R\$ 1.903,98 não paga o imposto e aposentados e pensionistas que passaram dos 65 anos de idade têm uma vantagem: independentemente da renda, a **Receita Federal** isenta da cobrança uma parcela extra de R\$ 1.903,98 do benefício.

Sem atualização desde 2015, a tabela do Fisco aumenta a mordida do Leão especialmente em benefícios que estão no limite de uma faixa de contribuição. Se o reajuste mudar o benefício de faixa, o desconto do IR pode ser maior do que no ano anterior.

Cálculo da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), considerando a projeção do IPCA de dezembro, aponta que se houvesse correção da tabela do Imposto de Renda pela **inflação**, mais de 13,7 milhões de contribuintes ficariam isentos da declaração em 2025.

Mudança vale para aposentados e pensionistas

Índice de reajuste para aposentados e pensionistas

que recebem acima do salário mínimo: 3,71%

Teto da **Previdência Social** com reajuste passa de R\$ 7,507,49 reais para R\$ 7,786.01.

Data prevista para o pagamento: o benefício estará disponível para depósito entre os dias 1º

e 7 de fevereiro para aqueles que recebem mais do que um salário mínimo.

-

Beneficiários que recebem o piso terão ganho acima da **inflação**

Atualmente, a Previdência paga mais de 39 milhões de benefícios, sendo cerca de 26 milhões no valor de um salário-mínimo. Estes beneficiários que recebem o piso terão ganho acima da **inflação**, já que o salário mínimo de 2024, estipulado em R\$ 1.412, teve alta de 6,97% em relação ao ano passado.

O valor foi definido com base na **inflação** entre dezembro de 2022 e novembro de 2023, de 3,85% e mais três pontos percentuais relativos à expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) 2022.

Todos os benefícios do **INSS** têm limite de valor. É o chamado Teto do **INSS**, que também varia de acordo com a porcentagem do INPC. Dos atuais R\$ 7.507,49, o teto sobe para R\$ 7.786,01 em 2024.

O índice foi divulgado nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e reajustará também o teto do **INSS**, que é o valor máximo tanto para os benefícios previdenciários quanto para as contribuições recolhidas à **Previdência Social**. A data do pagamento depende do último número do benefício, sem considerar o dígito verificador, que aparece depois do traço. Por exemplo, se fosse 987.654.321-0, o pagamento seria na data estabelecida para o número 1. Neste ano, benefícios no valor de um salário mínimo com final 1 serão pagos no dia 25 de janeiro.

Já aposentadorias e pensões com final 1 e 6 serão pagas com o reajuste deste ano a partir do dia 1º do mês que vem. Confira o calendário completo. No calendário de 2024 ainda constam os pagamentos de

dezembro de 2023, que são pagos no mês seguinte. Os segurados podem consultar o valor do benefício pelo site Meu **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de "Extrato de Pagamento".

Caso não tenha acesso à internet, basta ligar para a Central 135. Será preciso informar o número do CPF e confirmar informações cadastrais para evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Site: <https://flip.jornaldocomercio.com/>

Aposentadorias acima do mínimo terão reajuste de 3,71% e teto do INSS será de R\$ 7.786 em 2024

Benefícios do **INSS** são reajustados pelo novo salário mínimo e a **inflação** (Por Ana Paula Branco)

A partir de 1º de fevereiro, aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que recebem acima do salário mínimo terão o benefício reajustado em 3,71%. A exemplo do que tem ocorrido nos últimos anos, não haverá aumento real para estes beneficiários.

A correção equivale apenas ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrado de janeiro a dezembro do ano passado. O índice mede o aumento do custo de vida para as famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Quem começou a receber o benefício acima do piso a partir de fevereiro de 2023 terá um reajuste proporcional à variação do INPC no período.

Cálculos feitos pela reportagem com o escritório Roberto de Carvalho Santos Advogados Associados mostram o novo valor de aposentadorias e pensões com os índices de reajuste proporcionais para quem começou a receber o benefício em 2023. A primeira coluna, com o reajuste de %, considera quem já era aposentado antes do início de 2023 e concessões iniciadas em janeiro do ano passado.

Aposentados e pensionistas devem considerar que os valores reajustados poderão ter descontos do IR (Imposto de Renda), se estiverem acima do limite de isenção.

No ano passado, o governo federal reajustou em 10,92% a faixa de isenção do Imposto de Renda, que subiu de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Além disso, será dado um desconto-padrão de R\$ 528 em todas as faixas de renda.

Com isso, salários, aposentadorias e pensões até R\$ 2.640 deixam de pagar o tributo. Aposentados e pensionistas que passaram dos 65 anos de idade têm uma vantagem: independentemente da renda, a **Receita Federal** isenta da cobrança uma parcela extra de R\$ 1.903,98 do benefício.

Sem atualização desde 2015, a tabela do Fisco aumenta a mordida do Leão especialmente em benefícios que estão no limite de uma faixa de contribuição. Se o reajuste mudar o benefício de faixa, o desconto do IR pode ser maior do que no ano anterior.

Cálculo da Unafisco Nacional (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**), considerando a projeção do IPCA de dezembro, aponta que se houvesse correção da tabela do Imposto de Renda pela **inflação**, mais de 13,7 milhões de contribuintes ficariam isentos da declaração em 2025.

BENEFÍCIO NO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO

Atualmente, a Previdência paga mais de 39 milhões de benefícios, sendo cerca de 26 milhões no valor de um salário mínimo.

Estes beneficiários que recebem o piso terão ganho acima da **inflação**, já que o salário mínimo de 2024, estipulado em R\$ 1.412, teve alta de 6,97% em relação ao ano passado.

O valor foi definido com base na **inflação** entre dezembro de 2022 e novembro de 2023, de 3,85% e mais três pontos percentuais relativos à expansão do **PIB** (Produto Interno Bruto) 2022.

Todos os benefícios do **INSS** têm limite de valor. É o chamado Teto do **INSS**, que também varia de acordo com a porcentagem do INPC. Dos atuais R\$ 7.507,49, o teto sobe para R\$ 7.786,01 em 2024.

O índice foi divulgado nesta terça-feira (11) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e reajustará também o teto do **INSS**, que é o valor máximo tanto para os benefícios previdenciários quanto para as contribuições recolhidas à **Previdência Social**.

A data do pagamento depende do último número do benefício, sem considerar o dígito verificador, que aparece depois do traço. Por exemplo, se fosse 987.654.321-0, o pagamento seria na data

estabelecida para o número 1. Neste ano, benefícios no valor de um salário mínimo com final 1 serão pagos no dia 25 de janeiro.

Já aposentadorias e pensões com final 1 e 6 serão pagas com o reajuste deste ano a partir do dia 1º do mês que vem. Confira o calendário completo.

Calendário de pagamentos de aposentadorias do **INSS** em 2024 - Reprodução

No calendário de 2024 ainda constam os pagamentos de dezembro de 2023, que são pagos no mês seguinte.

Os segurados podem consultar o valor do benefício pelo site Meu **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento .

Caso não tenha acesso à internet, basta ligar para a Central 135. Será preciso informar o número do CPF e confirmar informações cadastrais para evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Os valores são depositados na conta do beneficiário, seja ela aberta na hora da aposentadoria ou alguma conta-corrente ou poupança que o segurado tenha indicado.

Quem tem conta-benefício deve fazer o saque do dinheiro ou a transferência. Neste modelo, não é possível usar a função débito.

Se o valor cai numa conta-corrente, o beneficiário pode fazer as movimentações bancárias habituais, como pagar contas com o cartão ou por Pix, fazer transferências e demais negociações, assim como quem tem conta-poupança. (Fonte: Folha de SP)

Notícias FEEB PR

Site: <https://www.bancarioscascavel.org.br/noticia/5s8i-aposentadorias-acima-do-minimo-terao-reajuste-de-371-e-teto-do-inss-sera-de-r-7786-em-2024>

Benefícios acima do mínimo terão ajuste de 3,71%

DA REDAÇÃO

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem acima do salário mínimo terão o benefício reajustado em 3,71%, a partir do dia 1º de fevereiro. Não haverá aumento real para estes beneficiários.

A correção equivale apenas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrado de janeiro a dezembro do ano passado. Aqueles que começaram a receber o benefício acima do piso a partir de fevereiro de 2023 terão um reajuste proporcional à variação do INPC no período.

Isenção do IR

No ano passado, o governo federal reajustou em 10,92% a faixa de isenção do Imposto de Renda, que subiu de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Além disso, será dado um desconto-padrão de R\$ 528 em todas as faixas de renda.

Com isso, salários, aposentadorias e pensões até R\$ 2.640 deixam de pagar o tributo. Aposentados e pensionistas que passaram dos 65 anos de idade têm uma vantagem: independentemente da renda, a **Receita Federal** isenta da cobrança uma parcela extra de R\$ 1.903,98 do benefício.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_F28027EF5FA3B5ED7884C151A02496A145CC03BEB393E5DEFD0A02C6A9E954E00053D2F82569C3B98F0232CC05B3308BA16A569AA1726AECC14B21847EB89DA0FA473355C41952241D2800183A6F0D81AC7ED2B9178BC962CA439C215AB1787C23ED7B9A07DE864A1B398A7B1929F84C54D68330160AC48D46FC8

Teto do INSS será de R\$ 7.786 em 2024

A partir de 1º de fevereiro, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem acima do salário mínimo terão o benefício reajustado em 3,71%. A exemplo do que tem ocorrido nos últimos anos, não haverá aumento real para estes beneficiários.

A correção equivale apenas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrado de janeiro a dezembro do ano passado. O índice mede o aumento do custo de vida para as famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Atualmente, a Previdência paga mais de 39 milhões de benefícios, sendo cerca de 26 milhões no valor de um salário mínimo. Estes beneficiários que recebem o piso terão ganho acima da **inflação**, já que o salário mínimo de 2024, estipulado em R\$ 1.412, teve alta de 6,97% em relação ao ano passado. O valor foi definido com base na **inflação** entre dezembro de 2022 e novembro de 2023, de 3,85% e mais três pontos percentuais relativos à expansão do **PIB** 2022.

Todos os benefícios do **INSS** têm limite de valor. É o chamado Teto do **INSS**, que também varia de acordo com a porcentagem do INPC.

Dos atuais R\$ 7.507,49, o teto sobe para R\$ 7.786,01 em 2024.

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Aposentados terão reajuste e vão ganhar até R\$ 7.786

Gustavo Andrade

Cerca de 250 mil aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no Estado que recebem acima do salário mínimo terão o benefício reajustado em 3,71%.

O número de beneficiários foi informado pelo coordenador do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário no Espírito Santo (IBDP-ES), Valber Cereza.

No País, são mais de 12,5 milhões de beneficiários que terão esse reajuste acima do piso, segundo o **INSS**. Com a definição do índice de reajuste, o teto subirá em R\$ 278,52. Os benefícios de valor mais alto passarão de R\$ 7.507,49 para RS 7.786,01 neste ano.

A exemplo do que tem ocorrido nos últimos anos, não haverá ganho real para esses beneficiários.

A correção equivale apenas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) registrado de janeiro a dezembro do ano passado, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O índice mede o aumento do custo de vida para as famílias com renda de até cinco salários mínimos (RS 7.060). Quem começou a receber o benefício acima do piso a partir de fevereiro do ano passado terá um reajuste proporcional à variação do INPC no período.

"Esse reajuste acima do salário mínimo não mantém o poder de compra desses beneficiários. E histórico isso, a diferença para o piso só vai reduzindo", avaliou Cereza.

Reportagem do último dia 6 de A Tribuna mostrou que aposentados e pensionistas estão insatisfeitos com a defasagem salarial.

Alguns precisam voltar a trabalhar e fazer bicos para bancar despesas como remédio, alimentação e plano de saúde, como disse o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi-ES), Jânio Araújo.

Os benefícios atrelados ao salário mínimo vão subir 8,4%, de R\$ 1.320 para RS 1.412. A variação corresponde à política de correção aprovada em

agosto de 2023, que prevê a reposição da **inflação** pelo INPC do ano anterior, mais o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

Os depósitos referentes a janeiro serão feitos de 25 de janeiro a 7 de fevereiro para quem recebe um salário mínimo (RS 1.412). Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão pagamentos creditados a partir do próximo dia 10.

APOSENTADORIA ESPECIAL

"Aumento deveria ter sido maior"

A aposentada Antônia Maria Breda Cremonini, de 61 anos, disse que recebe mais que o salário mínimo e que considera o cálculo para o reajuste das aposentadorias injusto.

"Acredito que o reajuste deveria ser maior do que tem sido. Tem que ser pelo menos igual ao mínimo, que pelo que eu vi não será. Aí a gente vai ganhando cada vez menos", disse.

Antônia destacou que ela, assim como outros que ganham mais que o mínimo, tinham contribuição maior também. A aposentada contou que, por ser deficiente auditiva, conseguiu a aposentadoria especial, e que muitos trabalhadores não têm conhecimento dessa forma de aposentadoria, que dá direito a um benefício maior, enquanto a aposentadoria por invalidez rende o benefício mínimo.

Contribuição de empregados ao **INSS** mais cara este ano

A alta do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) também reajusta a tabela de contribuição de segurados que estão na ativa para a Previdência.

As faixas serão reajustadas em 3,71%, sendo que as contribuições, relativas aos salários de janeiro, deverão ser recolhidas apenas em fevereiro, uma vez que, em janeiro, os segurados pagam a contribuição referente a dezembro, com a tabela de 2023.

A reforma da Previdência, em vigor em novembro de 2019, prevê uma nova tabela para o **INSS**, com percentuais que variam de 7,5% a 14%, e são progressivos, como no Imposto de Renda.

Essas contribuições sobem conforme o salário. Quanto mais o trabalhador na ativa recebe, mais está sujeito a alíquotas adicionais que elevam a contribuição. Segundo o **INSS**, por nota, "portaria conjunta será assinada pelos ministros da Previdência e da Fazenda. Só depois da norma, a tabela de contribuições do **INSS** será divulgada".

CÁLCULO da contribuição: norma

ANÁLISE

Renata Prado,

coordenadora adjunta do IBDP-ES e advogada previdenciária

"A favor do reajuste extra a cada 5 anos"

"O reajuste extra é importante e seria uma forma de recomposição dos valores de quem recebe acima do salário mínimo.

Verifica-se ao longo do tempo uma achatamento no valor do benefício desses segurados, ou seja, quem recebe acima do piso, o valor não acompanha o ganho obtido pelas camadas mais baixas do benefício, com isso perdem cada vez mais o chamado poder de compra.

Por conta disso, temos verificado um aumento no número de segurados que realizam planejamento previdenciário, principalmente quando possuem contribuições no Regime Próprio e no Regime Geral, com o intuito de preservar o valor do benefício.

Por isso, é importante diminuir essa perda, criando um reajuste quinzenal de 5% aos beneficiários".

SAIBA MAIS

Proporcional para os recém-aposentados

Reajuste

CONFORME prevê a legislação, para todos os benefícios que superam o piso do **INSS**. o reajuste será feito de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2023. que acumulou alta de 3.71% entre janeiro e dezembro do ano passado.

É IMPORTANTE DIZER no entanto, que o INPC - que mede a **inflação** para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos e que corrige os benefícios do **INSS** acima do piso - ficou abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - a **inflação** oficial do País - acumulado em 4,62% em

2023.

COM O AUMENTO do salário mínimo definido para 2024, o novo piso do **INSS** está em R\$ 1.412. um valor 8.4% acima do salário mínimo pago em 2023. de R\$ 1.302. Pelo reajuste em toda a tabela segundo o INPC do último ano. o teto dos benefícios pagos pelo **INSS** passa a ser de R\$ 7786,01.

Proporcional

OS QUE SE APOSENTARAM OU começaram a receber pensão ou auxílio ao longo de 2023 e têm benefícios acima do mínimo não receberão integralmente 3,71% de reajuste. Neste caso, a correção será proporcional ao número de meses em que o **INSS** vem pagando o benefício.

ESSA TABELA escalonada, com o índice de correção a ser aplicado em cada caso. será divulgada por meio de uma portaria conjunta da **Previdência Social** e do Ministério da Fazenda. Da mesma forma, o **INSS** ainda vai divulgar os valores corrigidos de benefícios como renda mensal vitalícia e auxílio-reclusão.

Calendário

O **INSS** divulgou em dezembro o calendário de pagamentos de 2024 para aposentados, pensionistas e pessoas que recebem benefícios como auxílio-doença ou Benefício de Prestação Continuada (BPC).

OS DEPÓSITOS referentes a janeiro serão feitos do próximo dia 25 ao dia 7 de fevereiro para quem recebe um salário mínimo. Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro.

Tabela de contribuição

SEGUNDO O **INSS**. uma portaria conjunta será assinada pelos ministros da Previdência e da Fazenda. Somente depois da norma, a tabela de contribuições do **INSS** será divulgada.

Fonte: **INSS**, IBGE e jornal Valor Econômico.

PRÉDIO DO **INSS**: depósitos referentes a janeiro serão feitos do próximo dia 25 ao dia 7 de fevereiro para quem ganha acima do piso

Lupi confirma que reajuste das aposentadorias será de 3,71%

VICTORIA ABEL victoria.abel@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA - (Victoria Abel)

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, confirmou ao GLOBO que aposentados do **INSS** que ganham acima do salário mínimo terão reajuste de 3,71%, conforme resultado de 2023 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado ontem pelo IBGE. Os novos valores começam a valer a partir dos pagamentos de fevereiro.

Além de acompanhar a variação de preços para as famílias mais pobres, o índice serve para orientar uma série de reajustes - incluindo o valor da aposentadoria.

O INPC de 3,71% é o menor desde 2018, quando o índice fechou em 3,43%.

Como o INPC de um ano corrige as aposentadorias do ano seguinte, o reajuste dos benefícios em 2024 será o menor desde 2019.

O percentual do INPC em 2023 corrigirá também as faixas de contribuição à Previdência e o teto do **INSS**, que está em R\$ 7.507,49.

Com o reajuste de 3,71%, o novo teto subiria para R\$ 7.786. A nova tabela deve ser divulgada pelo governo hoje no Diário Oficial.

O governo federal determinou que os aposentados e pensionistas que ganham acima do mínimo terão apenas essa reposição da **inflação**.

Ou seja, não haverá aumento real.

Já os beneficiários da Previdência que ganham até um salário mínimo, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), terão ganho real, acima da **inflação**.

Nestes casos, o valor do benefício acompanha o piso nacional, que teve alta de 6,97% em comparação aos R\$ 1.320 em vigor no ano passado. O novo valor do salário mínimo é de R\$ 1.412.

Limite dos juros do consignado do **INSS** cai para 1,76% ao mês

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS)

aprovou ontem a redução no teto do juros do crédito consignado para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O valor cai de 1,80% para 1,76% ao mês.

Ataxa também foi ajustada para cartão de crédito e cartão consignado de benefícios, de 2,67% para 2,61% ao mês.

As novas taxas passam a valer cinco dias após a publicação no Diário Oficial da União.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Conselho volta a reduzir teto de juros do consignado do INSS

Gabriela Ribeiro e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou uma nova redução no teto de juros do crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O teto passará de 1,8% ao mês para empréstimos com desconto em folha para 1,76%.

Nas contratações por cartão, a taxa passa de 2,67% para 2,61%.

O novo teto entrará em vigor dentro de oito dias úteis, a partir da publicação no "Diário Oficial da União". O objetivo das novas taxas, segundo o governo, é acompanhar os cortes na taxa Selic. Houve uma queda da Selic em dezembro, que ainda não tinha sido refletida no teto do consignado do **INSS**.

Os bancos são contrários à ideia, porque a taxa básica da economia não representa o custo de captação das instituições que atuam na modalidade. Eles defendem que o cálculo do teto de juros acompanhe a variação dos juros futuros com vencimento em dois anos.

O representante das instituições financeira propôs ao CNPS que o tema fosse debatido no grupo técnico do conselho que trata sobre o tema, se possível com a participação do Banco Central (BC) e do Ministério da Fazenda, para reavaliação da metodologia que vem sendo utilizada para reduzir o teto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187761>

INSS: reajuste eleva o teto da aposentadoria para R\$ 7,7 mil

Letícia Lopes, Gustavo Silva e Pollyanna Brêtas
economia@oglobo.com.br

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado ao longo de 2023 - que serve de base para o reajuste dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganham acima do salário mínimo neste ano - ficou em 3,71%. Com isso, o teto do benefício previdenciário subirá para R\$ 7.786,01.

O indicador, que foi divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve corrigir cerca de 12,8 milhões de benefícios - aposentadorias, pensões e auxílios - acima do piso nacional. O reajuste já vale para o próximo pagamento.

Mas aqueles que se aposentaram ou começaram a receber pensão, ou auxílio ao longo de 2023 e têm benefícios acima do mínimo não receberão integralmente 3,71% de reajuste.

Nesses casos, a correção será proporcional ao número de meses em que o **INSS** vem pagando o benefício. A tabela escalonada com o índice de correção a ser aplicado em cada caso ainda será divulgada em uma portaria conjunta dos ministérios da Previdência e da Fazenda. Da mesma forma, o **INSS** ainda vai divulgar os valores corrigidos de benefícios como renda mensal vitalícia e auxílio-reclusão.

Para os cerca de 26,1 milhões de segurados do **INSS** que ganham um salário mínimo - 67% do total de beneficiários da **Previdência Social** -, o reajuste já tinha sido anunciado, pois segue o mesmo aumento do piso nacional: correção de 6,97% em 2024, equivalente à **inflação** acumulada entre dezembro de 2022 e novembro de 2023 (de 3,85%), mais três pontos percentuais (ganho real) relativos à expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

O INPC - que mede a **inflação** para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos - ficou abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - a **inflação** oficial do país -, que atingiu 4,62% em 2023, também divulgado ontem.

NO PREJUÍZO **Inflação** ficou acima de aumento a segurados que ganham mais do que o piso

Caem os juros do consignado

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem a redução da taxa máxima de juros cobrada em empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**. O teto cai de 1,80% para 1,76%. ao mês.

Para operações nas modalidades de cartão de crédito e cartão consignado de benefícios, a taxa máxima de juros foi ajustada de 2,67% para 2,61%, também ao mês.

As novas taxas passam a valer cinco dias após a publicação no Diário Oficial da União da decisão do CNPS, tomada por unanimidade pelos 20 representantes presentes.

O teto é o limite de juros que podem ser cobrados pelas instituições financeiras nas operações de crédito aos segurados da **Previdência Social**.

A última redução aconteceu no início de dezembro, quando o teto dos crédito consignado caiu de 1,84% para 1,80% e o do cartão de crédito consignado passou de 2,73% para 2,67%.

O Ministério defende que os cortes consecutivos da taxa Selic, taxa básica de juros, permitem as reduções do teto do consignado - em um ano houve uma redução de 17,7% para os beneficiários do **INSS**.

Faixas do seguro-desemprego

O Ministério do Trabalho e Emprego divulgou ontem como ficam as faixas de renda e os valores a serem pagos a título de seguro-desemprego, com base no INPC acumulado de 2023, que fechou em 3,71%.

Para quem ganha o piso, reajuste é feito de acordo com o valor do salário mínimo anunciado na virada do ano, que passou a ser de R\$ 1.412. As demais faixas, porém, assim como teto a ser pago, foram corrigidos agora, de com o INPC.

Com isso, o valor do seguro- desemprego colocado à disposição do trabalhador, a partir de ontem, não será inferior ao valor correspondente do salário mínimo vigente, R\$ 1.412.

Os trabalhadores que tenham recebido salários médios acima de R\$ 3.402,65 terão direito, invariavelmente, ao seguro-desemprego no valor de R\$ 2.313,74, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

Para calcular o valor das parcelas a receber (veja na tabela ao lado), é considerada a média dos salários dos últimos três meses anteriores à dispensa.

LIMITE Valor máximo a ser pago passou agora para R\$ 2.313,74

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Quanto investir por mês para se aposentar com o teto do INSS?

Colunista do UOL 12/01/2024 04h00

Você sabe quanto precisa investir todos os meses para se aposentar com uma renda equivalente ao teto do **INSS**, que hoje é de R\$ 7,5 mil?

Claro que isso depende de onde você vai investir. Na coluna de hoje eu trago simulações para quem pretende investir por 30 anos em aplicações como o Tesouro Direto, CDB, LCA, LCI e fundos imobiliários.

Para quem não quer correr riscos, é necessário investir cerca de R\$ 2.480 por mês ao longo dos próximos 30 anos para, ao final do período, ter um patrimônio grande o suficiente para gerar uma renda vitalícia equivalente a R\$ 7.500 mensais.

Veja que eu disse "renda equivalente", pois, daqui a 30 anos, R\$ 7.500 valerão muito menos do que hoje. O que o cálculo considera é que você terá uma renda muito maior do que essa, mas que, por causa da **inflação**, terá um poder de compra equivalente ao de R\$ 7.500 hoje.

A simulação parte do princípio que você consiga uma rentabilidade real média de 4,7% ao ano nos próximos 30 anos, já descontando o Imposto de Renda e a **inflação**.

Essa é a rentabilidade real hoje do Tesouro Direto, que é o investimento mais seguro do país. No cálculo, considerei a taxa básica de juros (a Selic) e a **inflação** projetadas para 2024 por analistas consultados pelo Banco Central.

Colocando o dinheiro em títulos como CDB, LCA e LCI, é possível ter uma rentabilidade um pouco mais alta do que no Tesouro Direto e ainda assim correr risco baixo. Se considerarmos uma rentabilidade de 5,5% ao ano pelos próximos 30 anos, aqui também descontando **inflação** e IR, é necessário aplicar R\$ 1.830 todos os meses para, ao final do período, chegar a um patrimônio que renda o equivalente a R\$ 7.500 por mês.

Essa rentabilidade real é aproximadamente a que se pode obter hoje com CDBs, LCAs e LCIs de bancos pequenos e médios. Esse tipo de título está disponível em diversas corretoras de valores.

No entanto, deve-se atentar para o seguinte: os investimentos nesses títulos só são seguros se ficarem abaixo do limite de R\$ 250 mil por banco emissor. Dessa forma, você fica protegido pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Caso a instituição financeira emissora do CDB, LCA ou LCI quebre, o FGC reembolsa o que você deveria receber até o limite de R\$ 250 mil.

Você pode dividir os seus investimentos em títulos de bancos diferentes para estar sempre coberto. Por exemplo, se você tem R\$ 1 milhão, o ideal seria manter esse dinheiro em títulos de cinco bancos diferentes, cada um com R\$ 250 mil.

Mas saiba também que a proteção do FGC é de até R\$ 1 milhão por investidor. Para ter uma renda equivalente a R\$ 7.500 por mês, você precisaria acumular um patrimônio de R\$ 1,6 milhão. Logo, se você colocar todo o seu dinheiro nesse tipo de título, pelo menos R\$ 600 mil estariam fora da cobertura do FGC. Assim, se você quer investir em títulos como CDB, LCA e LCI e não quer correr riscos, o ideal é colocar em Tesouro Direto pelo menos 40% dos seus investimentos.

Com uma carteira balanceada entre Tesouro Direto (60%) e os títulos privados citados (40%), o seu investimento mensal necessário ficaria em torno de R\$ 2.190 para, após 30 anos, se aposentar com o equivalente a R\$ 7.500 por mês.

Em todos esses cálculos já está descontado o IR, quando há.

Veja a diferença quando se aplica em fundos de investimento imobiliário (FIIs): o valor dos aportes precisa ser de apenas R\$ 680 por mês, aproximadamente, para, ao final de 30 anos, você obter uma renda vitalícia equivalente a R\$ 7.500 mensais. A diferença é enorme porque os fundos imobiliários têm um risco bem maior do que o Tesouro Direto e também do que CDB, LCA e LCI.

Nesse cálculo, foi considerado o retorno atual em dividendos de fundos imobiliários dos setores de logística, shopping centers e lajes corporativas (prédios de escritório de alto padrão). A mediana do retorno em dividendos desses três setores está atualmente em 8,5% ao ano, livres de **impostos**.

Ao investir em fundos desse, você está comprando cotas de imóveis e recebendo parte do aluguel que os locatários estão pagando. Por exemplo, se comprar cotas de um fundo de logística, você passa a receber o aluguel que a empresa locatária paga para usar um determinado galpão.

O risco, então, é muito parecido com o risco de comprar um imóvel. O retorno pode cair se o imóvel ficar vago por muito tempo, ou se sofrer calote do locatário. Além disso, não se pode ignorar o risco de desvalorização do imóvel ao longo dos anos.

Todas essas simulações consideram que você atualize o valor dos seus aportes todos os anos. Por exemplo, se você começou aplicando R\$ 1.000 por mês, e a **inflação** acumulada nos 12 meses ficou em 10%, a partir do 12º mês você passa a aportar R\$ 1.100 mensais (os R\$ 1.000 iniciais mais 10%).

Outro ponto a ser observado é que todos os rendimentos dos investimentos que caírem na sua conta ao longo dos 30 anos de aportes devem ser reinvestidos o quanto antes. Ao aplicar em fundos imobiliários, por exemplo, você recebe um valor todos os meses na conta corrente. Para dar certo o seu plano de aposentadoria, você precisa reinvestir 100% desse valor.

O mesmo vale para o caso de o dinheiro do Tesouro Direto ou de CBD, LCA ou LCI cair na sua conta. Isso pode ocorrer esporadicamente, dependendo do investimento escolhido, e ocorre também na data de vencimento do título.

Tem alguma dúvida sobre investimentos? Me siga no Instagram e envie uma mensagem por lá . Sua dúvida poderá ser respondida em breve nesta coluna.

Site: <https://economia.uol.com.br/mais/colunas/silvio-crespo/2024/01/12/quanto-investir-por-mes-para-se-aposentar-com-o-teto-do-inss.htm>

Nova redução do limite do juro do consignado

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem nova redução do teto de juros dos empréstimos consignados para beneficiários do **INSS**.

Os conselheiros decidiram pela queda do limite para o empréstimo com desconto em folha, de 1,80% para 1,76%. O último corte havia sido feito em 4 de dezembro, quando o patamar foi de 1,84% para 1,80%.

Já para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o teto caiu de 2,67% para 2,61%. Em um ano, as taxas acumulam queda de 17,7%, segundo o Ministério da **Previdência Social**. Os novos valores começarão a entrar em vigor em oito dias úteis.

Segundo a pasta, durante a reunião, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, "reafirmou" o compromisso em levar ao conselho taxas de juros mais baixas.

- Mais da metade dos municípios do Brasil tem a economia movimentada pelos recursos que a Previdência repassa. Isso é dinheiro que movimenta a nossa economia - argumentou.

Ele também destacou os dados atualizados sobre o tempo de espera e a fila para receber benefícios do **INSS**. Segundo o ministro, em dezembro, o tempo médio de espera dos segurados ficou em 49 dias.

- Neste ano, chegaremos aos 30 dias. O segurado que pedir benefício terá uma resposta em 30 dias. Seja positiva ou negativa - disse.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240112&edicao=29723>

Teto dos juros do consignado cairá

Brasília - Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem o novo limite de juros de 1,76% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o antigo limite, de 1,80% ao mês, nível que vigorava desde dezembro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,67% para 2,61% ao mês.

As medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial, o que ocorrerá nos próximos dias. Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos. A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic. No fim de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu o juro de 12,25% para 11,75% ao ano. Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que a pasta vai acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS. Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do **INSS** para continuarem a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do BC, o Banco do Brasil, por exemplo, cobra 1,79% ao mês.

Como está acima do teto atual, a taxa, na prática, significa que a instituição suspendeu a oferta desse tipo de crédito. Entre os bancos federais, apenas a Caixa cobra menos, com taxa de 1,73% ao mês.

O limite dos juros foi objeto de embates no ano passado. Os bancos chegaram a suspender a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-709491516820c9f43b1249622a98a2fa.pdf

Juros do consignado cairá para 1,76% ao mês

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou nesta quinta-feira (11) o novo limite de juros de 1,76% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o antigo limite, de 1,80% ao mês, nível que vigorava desde dezembro.

O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,67% para 2,61% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias.

Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 12,25% para 11,75% ao ano. Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que a pasta vai acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do **INSS** para continuarem a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil cobram 1,79% ao mês.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-11%2021:21:58.pdf>

Teto de juro passa a ser de 1,76% para consignado

O Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou uma redução de 1,80% para 1,76% ao mês na taxa máxima de juros cobrada em empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A proposta de redução foi feita pelo Ministério da **Previdência Social**. O novo teto entra em vigor oito dias úteis após a publicação da decisão no Diário Oficial da União (DOU).

O ajuste na taxa máxima de juros para as operações nas modalidades de cartão de crédito e de cartão consignado de benefícios, por sua vez, foi de 2,67% para 2,61% ao mês.

Com isso, ao oferecer uma linha de crédito, bancos e instituições financeiras precisam respeitar os limites estabelecidos pelo CNPS. O teto do empréstimo consignado convencional tem o desconto em folha de pagamento.

SALÁRIO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerrou o ano de 2023 com alta de 3,71%. O indicador serve como base para definir o reajuste dos aposentados e pensionistas do **INSS** que ganham acima do salário mínimo. Não haverá aumento real para essas aposentadorias e pensões, apenas a reposição da **inflação** medida pelo indicador.

O salário mínimo para 2024 ficou estipulado em R\$ 1.412, com isso, o novo piso do **INSS** vai a R\$ 1.412, um valor 8,4% acima do salário mínimo pago em 2023, de R\$ 1.302. Pelo reajuste da tabela de acordo com o INPC, o teto dos benefícios pagos passa de R\$ 7.507,49 para R\$ 7.786,01.

Ainda em dezembro foi divulgado o calendário de pagamentos deste ano para aposentados, pensionistas e pessoas que recebem benefícios como auxílio-doença ou Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os depósitos referentes a janeiro serão feitos de 25 de janeiro a 7 de fevereiro para quem recebe um salário mínimo.

Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro. Para saber a data do pagamento, basta ver

o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço. (Correio Braziliense)

Aposentados e pensionistas que recebem acima do mínimo não terão reajuste real

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/01/teto-de-juro-passa-a-ser-de-1-76-para-consignado.html>

Redução do teto de juros

Fernanda Strickland Rafaela Gonçalves

O Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem uma redução de 1,8% para 1,76% ao mês, na taxa máxima de juros cobrada em empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O novo teto entra em vigor oito dias úteis após a publicação da decisão no Diário Oficial da União (DOU).

O ajuste na taxa máxima de juros para as operações nas modalidades de cartão de crédito e cartão consignado de benefícios foi de 2,67% para 2,61% ao mês. Com isso, ao oferecer uma linha de crédito, bancos e instituições financeiras precisam respeitar os limites estabelecidos pelo CNPS. O empréstimo consignado convencional tem o desconto em folha de pagamento. A proposta de redução foi feita pelo Ministério da **Previdência Social**.

Segundo o advogado especialista em direito previdenciário José Hailton Diana, a medida tomada pelo CNPS tem como objetivo principal acompanhar os seguidos cortes realizados na taxa Selic. "Desse modo, a adequação do teto de juros para a contratação de empréstimo consignado com desconto na folha do pagamento é benéfica para os aposentados e pensionistas do **INSS**", explicou.

Na avaliação do jurista, apesar de a redução parecer sutil, é importante lembrar que os empréstimos consignados são, em regra, feitos com parcelamento em 48 vezes - o que, ao fim do contrato, representaria uma redução em 23% do valor total dos juros. "A medida é vista como positiva aos aposentados e pensionistas. No entanto, do outro lado, os representantes de instituições financeiras ponderam que a redução poderá comprometer a oferta de crédito a esse público específico, muito embora a inadimplência desse meio de contratação seja extremamente baixa", afirmou.

Reajuste dos benefícios O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerrou 2023 com alta de 3,71%. O informativo serve como base para definir o reajuste dos aposentados e pensionistas do **INSS** que ganham acima do salário mínimo. Não haverá aumento real para essas aposentadorias e pensões, apenas a reposição da **inflação** medida pelo indicador.

O salário mínimo para 2024 ficou estipulado em R\$

1.412. Com isso, o novo piso do **INSS** vai a R\$ 1.412, um valor 8,4% acima do salário mínimo pago em 2023, de R\$ 1.302. Pelo reajuste da tabela de acordo com o INPC, o teto dos benefícios pagos passa de R\$ 7.507,49 para R\$ 7.786,01.

Em dezembro do ano passado, também foi divulgado o calendário de pagamentos deste ano para aposentados, pensionistas e pessoas que recebem benefícios como auxílio-doença ou Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os depósitos referentes a janeiro serão feitos de 25 de janeiro a 7 de fevereiro para quem recebe um salário mínimo.

Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro. Os interessados em descobrir a data do pagamento devem procurar o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

"A medida é vista como positiva aos aposentados e pensionistas. No entanto, do outro lado, os representantes de instituições financeiras ponderam que a redução poderá comprometer a oferta de crédito a esse público específico" José Hailton Diana, especialista em direito previdenciário

Segurados acusam descontos indevidos

Malu Longo malu.longotçoopopular.com.br

As pensionistas Simone Pereira de Jesus, 50 anos, e Denice Maria de Assis, 83, moradoras de Goiânia, fazem parte de uma legião de pessoas em todo o Brasil que é surpreendida diariamente por descontos, sem autorização, nos proventos do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**). A falta de hábito de checar o extrato mensal contribui para a ação irregular de diversas entidades que acumulam uma série de demandas judiciais e reclamações em órgãos de defesa do consumidor. Buscar o ressarcimento dos valores descontados é luta quase sempre perdida.

Entre julho e agosto, Simone, que recebe pouco mais de um salário mínimo, percebeu que algo estava errado no valor depositado em sua conta pelo **INSS**. "Eu tenho empréstimo, mas quando verifiquei o extrato estava especificado o que era do empréstimo e o desconto de R\$ 42,00 para a Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec)." Simone, que trabalha para complementar a renda, disse que nunca se filiou à entidade sediada na capital paulista que afirma, em seu site, possuir 60 mil filiados em todo o Brasil e "que atua para defender os interesses dos beneficiários do **INSS**".

No caso da dona de casa Denice Maria de Assis, que desde os anos de 1980 recebe pensão pela morte do marido, a entidade que aparece no extrato é a Associação Brasileira dos **Servidores Públicos** (ABSP), cadastrada junto à **Receita Federal** desde 2009, e da qual a idosa jamais teve conhecimento. Há quatro meses ela percebeu o desconto de R\$26,40 em seus proventos. Inicialmente, buscou o banco onde o valor é depositado, mas foi informada de que teria de procurar o **INSS**. Em contato telefônico, um atendente do órgão explicou que o desconto era "uma mensalidade de sindicato".

"É muito absurdo o que aconteceu. Preciso da ajuda dos meus filhos para lidar com essas questões de banco. Para quem recebe um salário mínimo por mês, esse valor é muito dinheiro e faz falta. Os gastos com remédios são muito altos na minha idade. Tive um prejuízo de mais de R\$ 100,00 e quero ser ressarcida dos valores descontados indevidamente", afirma a dona de casa. O **INSS** garantiu à Denice que faria o bloqueio dos descontos, mas para ser ressarcida, ela teria de procurar a entidade responsável.

A ABSP é presidida por Samuel Ramos Silveira Jr. desde junho do ano passado. Segundo informações

da **Receita Federal**, ele seria sócio em 19 empresas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, das quais 17 estão ativas. A mais recente delas é a Associação Brasileira de Apoio ao Comércio, aberta em 2018. No site da ABSP há um alerta: "Informamos publicamente para todos os fins legais, que não possuímos qualquer relação jurídica com o **INSS**, nem com qualquer entidade ou órgão da Administração Pública. Por este motivo, alertamos que não realizamos descontos em folha de pagamento." Mas não foi o que constatou a idosa de Goiânia. A empresa não apresenta nenhum número de telefone para contato.

A Ambec, que vinha descontando da pensão de Simone, está registrada em nome da auxiliar de dentista Maria Inês Batista de Almeida, segundo investigação do site Metrôpoles. Mas o controle é de José Hermicesar Brilhante, empresário com milhões em contratos públicos. As duas entidades acumulam demandas judiciais pelos descontos.

Respostas padrão mascaram pontuação

No site Reclame Aqui, que recebe sem custo reclamações contra empresas e serviços, a Ambec aparece há dois anos com mais de 146 mil visualizações. São mais de 6 mil reclamações pelo mesmo motivo: o desconto no valor do **INSS**, sem autorização. Apesar desse volume, a pontuação de reputação da entidade é 7, numa escala de 0 a 10, porque há respostas para quase todas as reclamações. As respostas da Ambec, entretanto, seguem padrões como esse, para casos de duplicidade de demanda. "Verifiquei que o Sr(a), abriu uma reclamação anteriormente. Por se tratar do mesmo motivo, daremos continuidade por lá". A entidade também orienta o consumidor a entrar em contato através dos números 0800 0231701 ou 4500-4181 (WhatsApp). O POPULAR tentou contato, mas ao mencionar do que se tratava, a ligação foi interrompida.

A ABSP tem comportamento semelhante no Reclame Aqui, onde há oito anos constam reclamações contra a entidade, com mais de 21 mil visualizações. Pelo mesmo motivo, de responder boa parte dos questionamentos, a entidade possui uma pontuação de 7.5 nos últimos seis meses. Todas as respostas seguem um modelo como esse: "Iniciaremos diligências internas para atender todos os pedidos do Sr.(a) e para conseguirmos lhe ajudar de forma mais breve entraremos em contato via WhatsApp. Por fim, esperamos solucionar a reclamação da melhor forma e

permaneceremos à disposição. Atenciosamente,
ABSP."

INSS diz que beneficiário precisa autorizar desconto

Em nota ao POPULAR, o **INSS** confirmou que mantém acordos de cooperação técnica com entidades de classe para desconto de mensalidade associativa com algumas instituições, desde que autorizado pelos filiados. A medida, conforme o órgão, está prevista no art. 115 da Lei 8213/1991 e art. 154 do Decreto 3048/1999. "Cabe destacar que o desconto não é do **INSS**, mas sim da associação", ressalta o **INSS**. Ou seja, cabe ao beneficiário ficar de olho no extrato do provento para evitar que os descontos sejam feitos sem consentimento. E, caso isso esteja acontecendo, o beneficiário pode pedir o bloqueio junto ao **INSS**, mas o tempo de resposta pode durar 45 dias.

O **INSS** garante que, pelos acordos de cooperação técnica, as entidades devem apresentar o termo de filiação e o termo de autorização de desconto da mensalidade associativa assinados pelo beneficiário, acompanhados de documentação. Algumas entidades, entretanto, vêm utilizando de artimanhas fraudulentas para fazer o desconto. Para se resguardar, pelo menos três passos a vítima deve cumprir: registrar um boletim de ocorrência; denunciar em órgãos de defesa do consumidor e buscar acesso ao contrato onde sua assinatura foi falsificada. É importante que o beneficiário saiba que o Código de Defesa do Consumidor confere aos aposentados e pensionistas o direito ao ressarcimento em dobro do que foi descontado indevidamente. As reclamações e denúncias, tanto sobre empréstimos consignados, assim como os descontos indevidos devem ser feitas direto no Portal do Consumidor, ou mesmo no SAC do **INSS**.

Denice Mono não conhece a associação que fez descontos em proventos

Caminhos para pedir o bloqueio Confira como cancelar desconto sem autorização nos proventos do **INSS**

Site: <https://opopular.com.br/digital/12-janeiro-2024/1o-caderno>

Alcance de nova lei de previdência é dúvida

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que permite que participantes de plano de **previdência complementar** escolham o regime de tributação - progressiva ou regressiva - no momento da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados. Até então, essa opção tinha que ocorrer na adesão ao plano.

Ainda não está claro, no entanto, se a nova regra, publicada ontem no "Diário Oficial da União", vale para os contratos em andamento ou somente os assinados a partir de agora.

Segundo Carlos Eduardo Gondim, diretor-estatutário da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), é preciso agora buscar esclarecimentos junto à **Receita Federal**.

Há dois tipos de tributação. A tabela regressiva ou definitiva é atrelada ao período de investimentos e tem alíquotas de 10% a 35%. Já a progressiva soma o dinheiro recebido do plano com outras fontes de renda do investidor e tributa conforme a tabela do Imposto de Renda, o que pode fazer a taxação variar de 27,5% à isenção.

A mudança era uma demanda antiga do setor e, segundo Gondim, é importante porque elimina o temor do investidor, ao aplicar num fundo, de precisar do dinheiro no meio do caminho e pagar uma alíquota pesada.

Ele afirma que cerca de dois terços dos planos brasileiros estão no regime progressivo.

"Ele agora sabe que, se precisar do dinheiro antes, estará protegido, mas, se mantiver a longo prazo, vai ter o benefício fiscal. Isso reduz muito a insegurança e é uma peça importante para incentivar a reserva de longo prazo." O executivo lembra que, a partir do quarto ano, de maneira geral, o regressivo vale mais a pena, já que a alíquota chega a 25%.

Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos, afirma que a necessidade da escolha do regime no período de contratação inibia alguns potenciais clientes a entrarem na **previdência complementar**.

"A mudança deixa o processo de contratação mais simples. Desta forma, o cliente não terá que tomar essa decisão importante logo no primeiro momento, porém, será necessária uma consultoria detalhada no

momento do primeiro resgate ou da solicitação de benefício para que o cliente tome a melhor decisão", destaca.

Para o executivo, um exemplo de investidor que pode se beneficiar da mudança é o que está usando a previdência como parte de seu planejamento sucessório.

"Como existe a incerteza do tempo em que o participante permanecerá ativo, atualmente a decisão de escolher o regime na contratação pode gerar uma tributação excessiva, caso o mesmo escolha o modelo regressivo e venha a falecer antes de quatro anos." De acordo com dados de novembro da Fenaprevi, há R\$ 1,3 trilhão de ativos sob gestão em fundos de **previdência complementar** e 11 milhões de participantes.

A lei publicada ontem também se aplica aos segurados de planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187761>

Mudança de Lula no imposto de renda conservou injustiça tributária com classe média

Coluna do Estadão

Anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio do ano passado, a atualização da tabela do imposto de renda, com a ampliação da faixa de isenção para quem ganha até dois salários mínimos, manteve as injustiças tributárias enfrentadas principalmente pela classe média. A conclusão é da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** (Unafisco), a partir de novos cálculos com base na atualização da **inflação** acumulada até dezembro.

Segundo os dados divulgados na quinta-feira, 11, pelo IBGE, a **inflação** oficial do Brasil fechou 2023 a 4,62%. A taxa é medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Pelas contas da Unafisco, obtidas pela Coluna do Estadão, a defasagem da tabela do imposto de renda agora chega a 134% na faixa de isenção e 159,57% nas demais faixas, considerando o período de 1996 a 2023.

"Perto de 13,6 milhões de contribuintes deveriam estar isentos com a correção integral da tabela. Seria uma economia estimada em R\$ 202 bilhões para os bolsos dos pequenos contribuintes. Mas, da forma que está, persiste a desigualdade tributária, na qual a classe média assalariada suporta o ônus do financiamento das políticas públicas, enquanto os mais abastados se beneficiam", afirma o presidente da Unafisco, Mauro Silva.

Na visão da Unafisco, a **reforma tributária** deveria ser revista e permitir a possibilidade de a classe média compensar os acréscimos relacionados aos serviços no imposto de renda. "Frente às iminentes mudanças no cenário tributário, deveriam ser consideradas as demandas da classe média no Congresso Nacional", sugere.

A classe média, uma fatia do eleitorado que o presidente Lula quer atrair antes das eleições de 2026. Sobre o imposto de renda, por exemplo, sua promessa de campanha era de elevar a faixa de isenção para R\$ 5 mil. Agora, o presidente fala em outras ações, em programas sociais. Em junho do ano passado, por

exemplo, ao estreiar a "Conversa com o Presidente" na TV Brasil, ele defendeu a ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para famílias dessa faixa econômica.

"Nós precisamos fazer não apenas o Minha Casa, Minha Vida para as pessoas mais pobres. Precisamos fazer o Minha Casa, Minha Vida para a classe média. O cara que ganha R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, R\$ 8 mil, esse cara também quer ter uma casa e esse cara quer ter uma casa melhor", argumentou Lula, que repetiu o discurso no evento de entrega de unidades do MCMV, em outubro. "Porque essa gente é a chamada classe média, que paga imposto nesse país, essa gente que trabalha muito, essa gente que se dedica, que levanta cedo", acrescentou.

Site: <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/mudanca-de-lula-no-imposto-de-renda-conservou-injustica-tributaria-com-classe-media/>

Tabela do IRPF reforça a concentração de renda

Brasília - Brasileiros com renda média mensal de R\$ 4.000 sofrem a mesma cobrança de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de quem ganha R\$ 4,1 milhões ao mês, segundo um estudo elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda.

Enquanto a alíquota efetiva paga pelo primeiro grupo é de 1,73%, o imposto incidente sobre os ganhos do segundo - que reúne a fatia 0,01% mais rica entre os declarantes - corresponde a 1,76%.

A alíquota efetiva retrata a proporção do valor pago pelo contribuinte sobre o que ele declarou de renda e é menor do que a nominal (de até 27,5 %) porque leva em conta isenções e abatimentos previstos em lei.

Embora os valores nominais recolhidos sejam de ordens de grandeza diferentes, a similaridade da alíquota efetiva mostra que, para esse seletivo grupo de 3.841 contribuintes no topo da pirâmide, não se aplica a premissa de cobrar mais de quem ganha mais.

Na visão do governo, o quadro é fruto da isenção de rendimentos como lucros e dividendos distribuídos por empresas a seus acionistas, um exemplo de regra que contribui para acentuar a desigualdade de renda no País. "No 0,01% mais rico, quase 70% da renda é isenta", afirma a subsecretária de Política Fiscal da SPE, Debora Freire.

As disparidades foram elenca-das no Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, elaborado pelo órgão com base em dados da declaração do IRPF 2023 (ano-calendário 2022).

A tabela do IRPF prevê atualmente isenção do imposto para ganhos até R\$ 2.112 mensais e alíquotas progressivas que vão de 7,5% a 27,5%, conforme a faixa de renda. No entanto, Debora Freire ressalta que a aparente progressividade da cobrança é, na prática, minimizada pelas isenções.

Se o conjunto de declarantes fosse dividido em uma escada com 100 degraus, a cobrança do imposto seria progressiva até o degrau 93, segundo a SPE.

No topo, que reúne os 7% mais ricos, a lógica se inverte: quanto mais se ganha, menos se paga.

Os dados obtidos nas declarações do IRPF não refletem sozinhos o panorama integral da distribuição de renda no País, uma vez que apenas 38,4 milhões de brasileiros prestaram contas à **Receita Federal**. Mas as informações são um termômetro relevante da desigualdade.

A alíquota efetiva do 0,01% mais rico é menor até mesmo do que a cobrança sobre quem está no miolo da escada, que recolhe algo próximo a 3% dos seus ganhos. No degrau 93, a alíquota efetiva chega ao pico de 11%.

"A alíquota nominal do Imposto de Renda engana bastante. Ela é progressiva, como deve ser, para que cumpra com o princípio da capacidade contributiva, ou seja, quem ganha mais e quem tem mais renda deve ser mais tributado. Só que, quando se calcula a alíquota efetiva, a história não é bem essa", afirma a subsecretária.

(Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia/Folhapress)

Governo prepara uma proposta de reforma Brasília - O diagnóstico da Secretaria de Política Econômica (SPE) é divulgado no momento em que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prepara sua proposta de reforma do Imposto de Renda, que precisa ser enviada até 19 de março, conforme prazo estipulado na emenda constitucional da **reforma tributária**.

A retomada da taxação de lucros e dividendos é justamente um dos pontos em discussão. Esses rendimentos eram tributados no Brasil até 1995, mas uma lei sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) isentou os valores a partir de 1996. Desde então, tentativas de retomar a taxação esbarraram nas resistências do andar de cima.

A subsecretária da SPE, Debora Freire, evita abordar detalhes da proposta em construção dentro da Fazenda, mas diz que a reavaliação das isenções é um dos "consensos" entre acadêmicos e membros da sociedade civil.

"O que se tem de consenso é que, de fato, há uma distorção em termos da renda isenta no topo da distribuição, a partir da isenção de uma série de rendimentos que são característicos do topo, e

também por causa da tributação exclusiva. Duas medidas aprovadas no final do ano passado (tributação periódica de fundos exclusivos e offshores) são importantes para corrigir parte dessas distorções. É preciso olhar para os rendimentos isentos", afirma Debora Freire.

Em 2022, foram declarados R\$ 607,6 bilhões recebidos em lucros e dividendos, dos quais R\$ 438,1 bilhões concentrados nas mãos dos 384 mil contribuintes que formam o grupo de 1% mais rico entre os declarantes.

O grupo do 0,01% mais rico recebeu R\$ 111,4 bilhões da renda com lucros e dividendos declarada à Receita.

Além do grande volume de rendimentos isentos, o topo também é o maior beneficiado pelas deduções legais gastos que podem ser descontados da base de cálculo do imposto. Elas incluem despesas com assistência médica privada (sem limite de valor), com educação privada (até R\$ 3.561,50 por dependente) e escrituradas em livro-caixa (trabalhadores não assalariados, titulares de cartórios e leiloeiros podem abater gastos com custeio da atividade).

Considerando o total de contribuintes, dois terços das deduções ficaram concentradas em despesas médicas e contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). No 1% mais rico, porém, os principais abatimentos foram realizados por livro-caixa (43,4%), despesas médicas (22,7%) e contribuições à previdência privada (13,3%). "Uma série de estudos mostra que as deduções, da forma que estão hoje, trazem algumas distorções", aponta Débora Freire.

Gênero - O relatório divulgado pela SPE faz uma análise da desigualdade de gênero a partir das evidências colhidas nas declarações. Os resultados mostram que, nos estratos mais elevados de renda, a disparidade é maior, evidenciando a predominância masculina no topo da pirâmide econômica do país.

Nesta comparação, os dados analisados são da declaração do IRPF de 2022 (ano--calendário de 2021). Segundo os números, quanto maior a faixa de renda, menor a participação das mulheres entre os declarantes.

Enquanto elas representam mais de 40% da renda total declarada em todas as faixas até 15 salários mínimos (até R\$ 16.500, considerando o piso vigente em 2021), a participação das mulheres cai para 13,1% no grupo que recebe por mês mais de 320 salários mínimos (R\$ 352 mil).

A discrepância entre os gêneros é ainda maior na declaração de patrimônio (bens líquidos), em que as

mulheres tiveram participação de 29% no total declarado. A média individual de bens líquidos declarados naquele ano para mulheres foi de R\$ 233,9 mil, valor 46,1% menor do que os R\$ 433,1 mil para homens. (Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Tributação de compras de até US\$ 50 pode bancar desoneração

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Técnicos do Ministério da Fazenda avaliam alternativas de arrecadação que possam compensar a eventual manutenção da política de desoneração da folha de pagamentos, dada a resistência ao fim do programa.

A decisão caberá ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que avisou que só dará a palavra final após conversar na próxima semana com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Até lá, as equipes testam sugestões aventadas por parlamentares e membros do governo na busca de fontes de recursos que permitam financiar o fim do programa. Uma delas é a taxaço de compras online de sites no exterior com valor inferior a US\$ 50. Atualmente, a tributação federal nesses casos está zerada - só há incidência de imposto estadual (ICMS) de 17%.

Em conversas reservadas nos últimos dias, o presidente do Senado colocou a possibilidade sobre a mesa, assim como o remanejamento de parte dos recursos hoje destinados ao fundo eleitoral (R\$ 4,9 bilhões).

O entendimento é de que não será possível rejeitar a medida provisória baixada pelo governo no fim de 2023, e que revogou a desoneração da folha de pagamentos, sem encontrar uma saída para compensar os custos com o programa. O risco é colocar em xeque o ajuste nas contas do governo, que teve efeitos positivos em 2023, com a queda da **inflação** e o corte da taxa básica de juros.

O Ministério da Fazenda tem argumentado que a desoneração tem um custo estimado de R\$ 16 bilhões neste ano, e que o valor não consta do Orçamento.

Por isso, foi editada a MP, que, além de ter alterado a atual política de desoneração da folha, fixou um limite para compensações tributárias de empresas com o Fisco e extinguiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

Caso a MP caia, não está descartada a revisão da meta de déficit fiscal zero neste ano.

ELEIÇÃO. Sobre o fundo eleitoral, Pacheco sempre defendeu um valor menor para as eleições deste ano, mais próximo do praticado no último pleito municipal (2020) - cerca de R\$ 2,5 bilhões a preços de hoje. A posição dele foi vencida na Câmara, onde o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas- AL), sustentou que os custos das eleições de 2020 não foram totalmente cobertos pelo financiamento estatal, como manda a lei, e assim muitos candidatos não foram atendidos pela verba federal.

A Lei Orçamentária Anual foi aprovada com o valor cheio, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não a sancionou, o que abre a possibilidade de mudança. Uma das possibilidades aventadas é reduzir em R\$ 1 bilhão o fundo e remanejar os recursos para a desoneração.

No caso da taxaço de importados de pequeno valor comprados em sites estrangeiros, as indústrias têxtil e de confecções reclamam que as concorrentes externas não vêm sendo taxadas e, com a reoneração da folha de pagamentos, as fabricantes nacionais perderão ainda mais capacidade de competir. A tributação dessas pequenas compras é também um pleito de grandes redes varejistas.

O desafio das equipes técnicas é calibrar a taxaço para não despertar insatisfações dentro do próprio governo. Na última vez que Haddad tentou tributar essas compras, a primeira- dama Rosângela da Silva criticou a proposta, e o governo acabou voltando atrás.

Desde então, a **Receita Federal** lançou o programa Remessa Conforme, que regularizou esse comércio e uniformizou uma alíquota de ICMS de 17% sobre a importação de até US\$ 50. Grandes sites como Shopee e Alibaba passaram a informar, ainda na China, sobre as vendas enviadas ao País.

Ainda não se sabe quanto a taxaço poderá render e se será suficiente para cobrir todo o programa de desoneração. O governo insiste em retirar as prefeituras pequenas do benefício, o que custaria R\$ 4 bilhões neste ano.

Para entender

Desoneração foi criada no governo de Dilma

Criação

Medida foi editada em 2011.

As empresas deixam de recolher a contribuição patronal de 20% sobre os salários e passam a ser tributadas com uma alíquota que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta

Tentativa de extinção O programa seria extinto em 2023, mas, por iniciativa do Congresso, foi prorrogado até 2027. Na véspera do Ano-Novo, o governo baixou uma medida provisória revogando a prorrogação

Reação A iniciativa provocou forte reação dos representantes dos 17 setores econômicos atendidos pela desoneração e de vários parlamentares

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Imposto em compras na Shopee e Alibaba

BRASÍLIA

Diante da resistência à medida provisória editada pelo governo, o Ministério da Fazenda e o Congresso discutem alternativas para manter a política de desoneração (alívio tributário) da folha de pagamento.

Uma das ideias é a taxação de compras feitas em sites do exterior, como Shein e Shopee, com valor inferior a US\$ 50 (R\$ 244). Hoje a tributação federal sobre essas importações está zerada e os consumidores brasileiros pagam apenas ICMS de 17%. Segundo fontes do governo, essa

possibilidade começou a ser discutida com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), como forma de pensar em opções de compensação orçamentária.

Pacheco esteve reunido com o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, depois de ter mantido conversas com líderes do Senado. Na segunda-feira (15), o presidente do Senado deverá se encontrar com o ministro Fernando Haddad - horário e local ainda não foram definidos.

No primeiro semestre de 2023, o governo cogitou taxar as compras online de até US\$ 50. Mas, após forte reação contrária, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) determinou o recuo.

A **Receita Federal** acabou criando o programa Remessa Conforme, que regularizou esse tipo de comércio e uniformizou em 17% a alíquota de ICMS. Não há, entretanto, de imposto de importação.

Grandes plataformas de marketplace, como Shopee e Alibaba,

aderiram ao programa e passaram a informar à Receita sobre suas encomendas ao Brasil. Além disso, a Shein firmou parceria com a Coteminas para atender a partir da produção de vestuário no País.

Na avaliação reservada da equipe econômica, e pouco provável que o Congresso mantenha a proposta do governo de restringir a desoneração só para o primeiro salário mínimo aos trabalhadores.

A tendência, segundo interlocutores da Fazenda, é que os parlamentares mexam no texto e retomem a ideia original de prorrogar a desoneração. Há pressão, também, para que a MP seja substituída por um

projeto de lei.

No ano passado, o Congresso aprovou a extensão até 2027 da desoneração para 17 setores econômicos. Nessa política, em vez do recolhimento de 20% sobre a folha de pagamento, as empresas pagam de 1% a 4,5% de sua receita bruta.

CARTEIRA DE TRABALHO: fim do alívio à folha de pagamentos pode provocar milhares de demissões no Estado

Regra para escolha de tributação

Participantes de planos de **previdência complementar** poderão fazer a opção pelo regime de tributação definitivo até o momento da obtenção do benefício ou do primeiro resgate. Até então, essa opção tinha de ser feita até o último dia útil do mês subsequente ao ingresso no plano, tornando o processo complexo e incerto. No regime definitivo, são aplicadas alíquotas decrescentes conforme prazo de acumulação dos recursos, que se iniciam com 35% (menos de dois anos) e podem chegar a 10% (mais de dez anos).

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-709491516820c9f43b1249622a98a2fa.pdf

Halving deve sustentar a alta em 2024

São Paulo - Além de as expectativas por queda de juros e a aprovação de ETFs de criptomoedas sustentarem a tendência de alta do mercado cripto, Sebastián Serrano, CEO e cofundador da Ripio, empresa de tecnologia blockchain multiprodutos, diz que neste ano acontecerá um evento que também dará suporte para a alta do bitcoin.

Trata-se do halving, uma redução planejada nas recompensas que mineradores de criptomoedas recebem, que deverá ocorrer em abril.

"Esse é um mecanismo que fabrica escassez para o bitcoin, reduzindo pela metade a emissão de criptomoedas a cada quatro anos, aproximadamente. Os halvings acontecem, mais precisamente, a cada 210 mil blocos de transações", conta. Com a diminuição da oferta, o preço do ativo acaba subindo.

Para Serrano, entre os criptoativos que trazem otimismo para o mercado estão as stablecoins, pois elas têm seu valor atrelado a uma moeda fiduciária ou commodity, aspecto que ajuda a reduzir a volatilidade inerente a uma moeda digital privada típica.

O especialista cita um levantamento da **Receita Federal**, realizado entre 2019 e 2023, que mostra um crescimento "vertiginoso" na movimentação desse tipo de criptoativo no Brasil.

Segundo a pesquisa, a stablecoin que mais se destaca é a USDT (Tether), que tem paridade com o dólar americano. No período observado pelo fisco, ela foi negociada em patamar acumulado superior a R\$ 271 bilhões, quase o dobro do volume do bitcoin no mesmo período (mais de R\$ 151 bilhões).

Mas, apesar do otimismo para este ano, - depois de um 2023 positivo para o mercado de criptoativos - o advogado da Abe Advogados Marcelo Cármano, especializado em regulação e proteção de dados pessoais e privacidade, lembra os riscos de se investir nas moedas digitais.

"É crucial ressaltar que os criptoativos continuam sendo ativos de alto risco e que não há garantias de que o mercado permanecerá positivo em 2024, apesar do atual otimismo", diz.

"No Brasil, os investidores devem estar atentos aos próximos passos do Banco Central, que, em virtude do Decreto 11.563/2023, assumiu a competência para regular a prestação de serviços de ativos virtuais",

ressalta.

Segundo Cármano, as consultas públicas que o BC planeja conduzir como parte do processo regulatório, bem como as decisões tomadas pelo órgão, serão essenciais para compreender as medidas que serão adotadas para limitar os riscos associados a sistemas sem governança centralizada e garantir a proteção e defesa dos investidores e usuários desses serviços.

Além do decreto, o advogado Victor Jorge, que é do Jorge Advogados e tem especialização técnica em programas de compliance e delitos financeiros, cita a entrada em vigor neste ano da Lei 14.478/2022, promulgada em dezembro de 2023, mas que ainda carece de regulamentação.

Segundo Victor Jorge, a lei busca criar procedimentos para o segmento dos criptoativos no país, endurecer as penas para eventuais crimes cometidos com a utilização de criptomoedas e nomear qual órgão será responsável pela regulamentação e fiscalização de tais atividades.

Para ele, no aspecto formal e regulatório, o ano de 2023 representou um grande avanço. "Para 2024, a perspectiva é de recuperação do setor como um todo e o avanço da regulamentação das atividades", diz o advogado. (Stéfanie Rigamonti/ Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

"O Brasil terá um forte ciclo de investimentos em infraestrutura"

CARLOS EDUARDO VALIM

ENTREVISTA: Miguel Setas, Engenheiro com 25 anos de experiência em empresas, preside a CCR desde 2023; antes, foi CEO da EDP Brasil por sete anos

O Brasil vai entrar em um superciclo de investimentos em infraestrutura, segundo o CEO do grupo CCR, o português Miguel Setas. E isso, na visão da concessionária de serviços de infraestrutura de transportes, significará oportunidades de R\$ 180 bilhões em negócios nos próximos três anos, principalmente nos segmentos de rodovias e mobilidade urbana.

Setas, que se mudou para o Brasil em 2007 para trabalhar na subsidiária local da empresa portuguesa de energia elétrica EDP, assumiu o comando da CCR há oito meses e vai conduzir uma sequência de investimentos estimada em R\$ 33 bilhões em cinco anos.

Em 2023, o setor de infraestrutura como um todo, incluindo também aeroportos, energia, saneamento básico e telecomunicações, movimentou R\$ 213 bilhões no Brasil, o segundo melhor resultado da série histórica - atrás apenas de 2014.

A CCR tem pela frente, porém, o desafio de tentar renovar a concessão da Via Oeste, que inclui a Rodovia Castelo Branco, um dos seus mais importantes ativos, que será relicitada pelo governo do Estado entre este ano e 2025.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é a expectativa em relação a novas concessões?

Nos próximos anos, vemos um potencial de mercado na casa dos R\$ 180 bilhões em rodovias e mobilidade urbana, sem contar os aeroportos, para um período de cerca de três a cinco anos. Vai depender do ritmo dos leilões que vierem a ser realizados. Há um sentimento no setor de infraestrutura de que vem pela frente, nos próximos anos, aquilo que nós chamamos de um superciclo de investimentos.

Existem estudos que mostram que o Brasil, dada a sua dimensão econômica, poderia estar investindo o dobro do que faz em infraestrutura, e não apenas uma

manutenção das redes. O País investe cerca de 2% do seu **PIB** em infraestrutura, e poderia ser cerca de 4%. Ainda assim, o setor está fechando o ano com valor de R\$ 213 bilhões em investimentos, o que fica muito próximo do recorde histórico, batido em 2014, e com um crescimento de 20% em relação a 2022. É um sinal de que o Brasil já está caminhando para um superciclo de investimentos em infraestrutura. Tudo leva a isso: um quadro político estável, a queda da taxa de juro, a **inflação** controlada, o quadro macroeconômico **estabilizado** e uma **reforma tributária** aprovada, que agora precisa ser regulamentada.

Então, o quadro macroeconômico é benéfico para o setor?

Conquistamos duas posições no ranking do **PIB** mundial, ultrapassamos o Canadá e a Rússia, e voltamos a estar entre as dez maiores economias do mundo. A infraestrutura tem de acompanhar isso, porque é um "viabilizador" do crescimento econômico e o retroalimenta.

Tudo indica que terminamos o ano de 2023 com um crescimento em torno de 3%.

É uma marca muito favorável.

Foi também um dos melhores anos de financiamento para infraestrutura, com o BNDES desembolsando R\$ 37 bilhões. Estou com uma perspectiva favorável para 2024. Acho que vai ser um ano de continuidade dos bons resultados de 2023.

As primeiras concessões do atual governo não atraíram a iniciativa privada como se esperava. Foi por conta do perfil das concessões ou a iniciativa privada estava mais retraída?

A avaliação que o mercado faz é o equilíbrio (entre) risco e retorno.

O projeto tem de se configurar de forma atrativa para os operadores. O mercado, o poder concedente e as agências reguladoras, estamos todos tentando encontrar essa equação, que permite proteger os interesses da sociedade e garantir que os consumidores tenham um serviço adequado, enquanto o acionista tenha um retorno para rentabilizar o seu

capital.

Acertando essa equação, é bem possível que as metas do governo e do Ministério dos Transportes possam ser cumpridas.

Há 26 mil quilômetros de rodovias concedidas, e esse número pode dobrar. Existem ainda muitas estradas que não estão pavimentadas, um potencial ainda muito grande para o Brasil, que é um país continental.

Como o sr. espera que será o ano de 2024 para a CCR?

Estamos num período de alta de investimentos. O grupo intensificou os aportes, e estamos com um plano de R\$ 33 bilhões em investimentos, sendo que R\$ 28 bilhões irão para as rodovias, pelos próximos cinco a sete anos, com criação de 46 mil empregos novos. O restante irá para mobilidade urbana e aeroportos. É importante destacar que esses R\$ 28 bilhões são para rodovias que já operamos, como é o caso da Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, e das concessões no sul do País.

Teremos menos investimentos na concessionária Via Oeste - Castelo Branco e Raposo Tavares -, que está em fim de ciclo e que pode vir a ser relicitada neste ou no próximo ano. Em aeroportos, temos um investimento previsto de R\$ 2 bilhões. Fomos a empresa concessionária vencedora da sexta rodada de leilões de aeroportos, e ganhamos 15 aeroportos para operar e fazer melhorias.

A CCR é considerada uma das empresas com ações na B3 que mais podem se beneficiar da queda dos juros.

Como isso pode acontecer?

A função financeira é determinante na nossa operação. Temos uma dívida bruta de cerca de R\$ 30 bilhões. Portanto, cada ponto porcentual a menos na taxa de juros representa muito valor que deixamos de pagar em juros. E também é bom pela questão de crédito, para estimular o setor a entrar em novos projetos. Ficamos com mais espaço no balanço para poder crescer - fechamos financiamentos com horizonte largo, de 30 anos, de 15 anos, e não é bom fechar condições de financiamento no momento em que as taxas de juros estão muito elevadas.

"Nos próximos anos, vemos um potencial de mercado na casa dos R\$ 180 bilhões em rodovias e mobilidade urbana, sem contar os aeroportos, para um período de cerca de três a cinco anos"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Secretário faz balanço positivo e projeta 2024

O secretário da Fazenda de Pernambuco, Wilson José de Paula, visitou a Folha de Pernambuco na manhã de ontem.

O gestor foi recebido pelo presidente do Grupo EQM e fundador do jornal, Eduardo de Queiroz Monteiro; pelo diretor Operacional da Folha, José Américo; pela diretora Administrativa Mariana Costa e pela editora-chefe Leusa Santos, além do assessor especial da presidência do Grupo EQM, Joni Ramos.

Durante a visita, o secretário afirmou que, embora ainda não tenha fechado a contabilidade de 2023, o Estado conseguiu encerrar o ano com uma racionalização de aproximadamente R\$ 700 milhões. O montante é quase três vezes o que a pasta havia planejado no início da gestão (R\$ 270 milhões).

"Tivemos uma racionalização na mão de obra de terceirizados, na economia de combustível, passagens, diárias, consultorias, todo esse arcabouço. Obviamente que uma parte bastante significativa da nossa despesa tem uma destinação que não há como fazer alteração, que é a despesa previdenciária, serviço da dívida, a própria folha de pessoal", disse o secretário.

Eduardo de Queiroz Monteiro destacou a competência com que o secretário vem conduzindo a pasta da Fazenda desde janeiro do ano passado. "O secretário tem feito um trabalho notável. Isso para Pernambuco é uma coisa muito boa, porque é um cargo muito estratégico para o Estado. A Secretaria da Fazenda tem um papel muito importante na área de desenvolvimento econômico do Estado", disse.

Após a visita, o secretário participou do Programa Folha Política, da Rádio Folha FM 96.7 e conheceu o parque gráfico e redação do jornal.

BALANÇO 2023 "(2023) Foi um ano positivo e com perspectivas mais positivas ainda para 2024. (2023) Foi um ano difícil, de muito trabalho. A gente tem que registrar: logo no início, o nosso desafio foi racionalizar o gasto do Estado. Foi um trabalho coletivo.

[...] Fizemos a racionalização sem redução na prestação dos serviços essenciais à população. Ao contrário, tivemos até aumento (de investimentos) nos setores como saúde, educação e segurança." **DÉFICIT**

ORÇAMENTÁRIO "Na minha primeira ida à Assembleia Legislativa de Pernambuco, registramos nossos números, que eram assustadores. Tínhamos R\$ 7,5 bilhões de déficit orçamentário e aproximadamente R\$ 1,4 bilhão de déficit financeiro. Essa fotografia culminou na perda da Capag, a nossa nota que permite as operações de crédito do mercado financeiro com a garantia da União. Fizemos um movimento inédito no Brasil, a maior operação de crédito. Pela primeira vez no Brasil um estado utilizou todo o seu espaço fiscal, da ordem de R\$ 3.5 bilhões, em operação de crédito. Desse dinheiro, parte já está sendo aplicada no Estado e os saldos restantes já estão alocados em projetos que vão ser executados ao longo de 2024." **ALÍQUOTA DE ICMS** "A questão da alíquota modal (do ICMS) tem uma base que nos levou a fazer esse movimento (de elevar o imposto): a defasagem da receita tributária de Pernambuco. As Leis federais 192 e 194 reduziram a receita de Pernambuco ao taxar combustível, energia elétrica e comunicação em um patamar bastante inferior ao que o Estado vinha taxando. Isso teve um impacto, somente no segundo semestre de 2022, da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Pensando em termos anuais, daria R\$ 3,6 bilhões. Essas alterações são permanentes. Então, impactou, impacta e impactará o Estado para sempre. Diante desse cenário de redução de receita, seria preciso realinhar essa receita. É uma questão de responsabilidade. Estamos olhando para o futuro de Pernambuco, tendo a responsabilidade de definir uma receita para as próximas gerações." **ALÍQUOTA DE ICMS II** "Os 20.5% (percentual da nova alíquota) não é um número cabalístico, inventado. É um número que decorreu de estudos do Conseqfaz (Conselho de Secretários de Fazenda do Brasil), corroborados por estudos da Secretaria de Fazenda. Era um pouquinho maior, 20.68%. A governadora optou por 20.5% e atribuiu à Fazenda conseguir o 0,18% através da eficiência da máquina." **REFORMA TRIBUTÁRIA** "Não sei que texto vai vir na lei complementar (que vai alterar o período usado como referência na arrecadação do ICMS). Se vier um texto que justifique alterarmos a alíquota, vamos com tranquilidade fazer esse debate. E, se for o caso, promover a alteração. Agora, nós não temos hoje nenhum elemento que nos leve a fazer esse movimento. Ao contrário, se a situação hoje posta, definitiva, aprovada e sancionada na **reforma tributária**, fosse naquele momento lá atrás, quando fizemos o movimento (de aumentar o índice), teríamos feito do mesmo jeito.

A redação de hoje reforça o que nós fizemos. Ela não está exigindo uma revisão do que fizemos." MUNICÍPIOS "A governadora teve um olhar muito especial para os municípios, principalmente durante o segundo semestre, quando a queda do FPE e do FPM foi muito acentuada. Então, nós procuramos fazer o que poderíamos.

Fizemos pagamentos de débitos antigos que não eram pagos - de farmácias, medicamentos, transporte escolar, pagamento retroativo a janeiro. Então, todo recurso que tivemos oportunidade [...] carregamos para os municípios.

Fizemos nosso Programa de Recuperação Fiscal, que também ajudou os municípios, porque essa receita também é compartilhada. Do ponto de vista do ICMS, conseguimos carrear mais de R\$ 100 milhões."

"Se vier um texto (da lei federal) que justifique alterarmos a alíquota (do ICMS), vamos com tranquilidade fazer esse debate", afirmou o gestor

Fizemos a racionalização sem redução na prestação dos serviços essenciais à população.

Ao contrário, tivemos até aumento de investimentos em saúde, educação e segurança." WILSON DE PAULA, SECRETÁRIO DA FAZENDA

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2631/12-01-2024/>

Novas medidas favorecem brasileiros

Vicente Nunes ? Correspondente

O governo e o Parlamento de Portugal vêm atuando para facilitar a vida de imigrantes que escolheram o país para morar, estudar e trabalhar. A mais recente medida que favorece os brasileiros e os demais estrangeiros foi aprovada em 5 de janeiro pela Assembleia da República e só depende da sanção do presidente Marcelo Rebelo de Sousa e da publicação no Diário da República para vigorar.

Os deputados decidiram que o tempo que os cidadãos ficarem esperando pela emissão da autorização de residência contará dentro dos cinco anos necessários para a obtenção da cidadania portuguesa. Por lei, qualquer estrangeiro que viva em Portugal por cinco anos ou mais pode requerer a nacionalidade. O problema era que, até a decisão mais recente da assembleia, o tempo de espera pela autorização de residência não contava nos cinco anos.

Representa que se um brasileiro deu entrada no pedido de autorização de residência em Portugal, e a documentação só foi emitida dois anos depois, esse período não seria contabilizado para o prazo de cinco anos necessários para a obtenção da cidadania. Agora, será.

Estima-se que mais de 150 mil brasileiros que estão à espera da autorização de residência poderão ser beneficiados pela decisão. Muitos reclamam que foram prejudicados pela demora do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para regularizar a situação de imigrantes.

É importante ressaltar que a assembleia só seguiu à frente com o projeto que beneficia os imigrantes por causa da insistência de duas brasileiras, a cabeleireira Sônia Gomes e a diarista Juliet Cristino, como mostrou o jornal O Globo. Segundo o Ministério da Justiça de Portugal, entre 2010 e 2023 quase 500 mil brasileiros conseguiram a cidadania lusitana, a maioria por ser descendente de portugueses.

Filhos Outro importante projeto que beneficia os brasileiros e foi aprovado pela assembleia? que tem maioria formada por parlamentares do Partido Socialista (PS)? permite que filhos de pais ou mães portugueses reconhecidos depois de terem completado 18 anos requeiram a cidadania. São vários os casos em que um dos pais é português, mas os filhos só conseguiram incluir o nome do progenitor nas certidões de nascimento quando se tornaram adultos.

Há processos que se arrastam por anos na Justiça. A decisão do Judiciário, por sinal, é fundamental para que a nacionalidade portuguesa seja concedida.

Advogado na área migratória, Bruno Gutman assinala que Portugal elegeu os brasileiros como imigrantes preferenciais, pela facilidade maior que têm de adaptação e pela proximidade cultural e da língua. Mas é preciso que o sistema seja mais inclusivo e rápido na concessão de documentos.

Na avaliação de Fabio Knauer, da Aliança Portuguesa, a regularização de imigrantes evita que cidadãos sejam empurrados para a vulnerabilidade. Além disso, o governo mantém o controle da situação e ainda arrecada **impostos**. Apenas em 2022, os imigrantes recolheram mais de 1,8 bilhão de euros (R\$ 10 bilhões) aos cofres portugueses.

IPCA fecha 2023 em 4,62%

CAROLINA NALIN carolina.nalin@oglobo.com.br

A **inflação** oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou dentro da meta em 2023 após dois anos de estouro. O índice fechou o ano com alta de 4,62%. Em dezembro, o IPCA acelerou e subiu 0,56%, puxado por alimentos e passagens aéreas. Para 2024, preços de alimentos e serviços são as principais fontes de preocupação e podem fazer o Banco Central (BC) não acelerar o ritmo de queda dos juros.

A meta estabelecida pelo governo, e que orientava a política de juros do BC, era de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo - ou seja de 1,75% a 4,75%.

A perda de força da **inflação** é tida como uma boa notícia pelos agentes econômicos, que, em janeiro do ano passado, chegaram a projetar um IPCA de 5,48%.

Os preços no país seguiram trajetória de desaceleração.

A **inflação** de serviços cedeu, e houve um alívio maior que o esperado nos preços de alimentos e bebidas.

Para 2024, porém, são justamente estes dois fatores os pontos de preocupação. A produção de alimentos tende a ser afetada pelo El Niño e elevar preços. Além disso, a **inflação** de serviços em dezembro estava aquecida e aponta que os preços deverão cair em ritmo mais lento, o que pode afastar a chance de o BC acelerar o corte da taxa básica de juros, a Selic.

Para Luis Otávio Leal, economista- chefe da G5 Partners, a supersafra de grãos e o câmbio foram os principais elementos que fizeram de 2023 um ano atípico para preços de alimentos - que costumam subir em média 7,5% ao ano e, desta vez, subiram apenas 1%.

-O número de dezembro foi ruim, mas a **inflação** de 2023 pode ser considerada muito boa e deixa um sinal positivo para frente. A grande incógnita neste ano vai ser o grupo Alimentação e Bebidas - afirma Leal, que projeta **inflação** de 4% este ano, já incorporando impactos do El Niño na produção de alimentos.

MENOR ALTA DESDE 2017

Em 2023, o grupo Alimentação e bebidas subiu 1,03% e registrou a menor alta desde 2017. O óleo de soja

ficou 28% mais barato no ano passado, seguido do frango em pedaços (-10,12%) e das carnes (-9,37%), segundo o IBGE. Para André Almeida, gerente do IPCA, os alimentos ajudaram a segurar o índice no ano.

Adriano Valladão, economista do Santander, pondera que o país passa por um processo de desinflação bem-sucedido, porém ainda incompleto e desafiador de ser alcançado pelo BC.

- A meta para 2024 é 3% (de **inflação**), e o BC deveria entregar no centro do intervalo.

Tem ainda mais um processo para continuar (a desinflação).

A parte mais preocupante são os serviços. A gente ainda vê o setor rodando acima da **inflação** em 2024, apesar da tendência de desaceleração - afirma Valladão, que espera 3,9% para o IPCA neste ano.

A **inflação** de serviços cedeu para 6,22% em 2023 e foi a menor desde 2021, mas chegou a mostrar aquecimento em alguns itens em dezembro.

O grupo abarca diferentes preços - desde refeições em restaurantes e aluguel, até consultas médicas, mensalidades escolares, passagens aéreas e serviços de beleza.

Já os itens "monitorados" (fixados por governo, agências reguladoras ou estatais) foram considerados os "vilões" em 2023. A gasolina ficou 12% mais cara e puxou a alta de 7,14% de Transportes. Boa parte do aumento se deve à retomada dos **impostos** federais sobre o produto pelo governo Lula, após o ex-presidente Jair Bolsonaro cortar **tributos** no período eleitoral, em 2022.

Leal, da G5 Partners, avalia que o BC terá cautela nas próximas reuniões: -O resultado de hoje diminui a chance de você ter uma aceleração dos cortes, mas não anula os cortes de 0,5 ponto que o BC se propôs.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IPCA fecha 2023 dentro da meta

Rafaela Gonçalves

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** do país, subiu 0,56% em dezembro, encerrando o ano de 2023 acumulando alta de 4,62%. Segundo os dados, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta é a primeira vez desde 2020 que o índice fecha dentro do teto da meta de **inflação** determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que era de 3,25% no ano passado, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, entre 1,75% e 4,75%. IPCA 2023: os 10 itens com maior alta e maior queda de preços no Brasil Brasília lidera **inflação** acumulada do ano passado O resultado de dezembro veio acima do esperado e surpreendeu os analistas de mercado. No mês, todos os nove grupos de produtos e serviços investigados pela pesquisa registraram alta. A maior veio de alimentação e bebidas, cujo os preços subiram 1,11%, maior impacto sobre o resultado geral.

Com o aumento nos preços da batata-inglesa, do feijão-carioca, do arroz e das frutas, a alimentação no domicílio subiu 1,34%. Por outro lado, o preço do leite longa vida baixou pelo sétimo mês seguido. No mesmo período, a alimentação fora do domicílio subiu 0,53%, com as altas do lanche e da refeição, itens que aceleraram na comparação com novembro. Consumidor O gerente da pesquisa, André Almeida, atribuiu a variação a uma sazonalidade climática. "O aumento da temperatura e o maior volume de chuvas em diversas regiões do país influenciaram a produção dos alimentos, principalmente dos in natura, como os tubérculos, hortaliças e frutas, que são mais sensíveis a essas variações climáticas", explicou.

Mesmo com a **inflação** considerada sob controle, por ter fechado o ano dentro do teto da meta, os preços seguem salgados no dia a dia do consumidor. A dona de casa Benedita Ventura Ribeiro, 57 anos, tem o hábito de ir ao mercado semanalmente e tem notado uma grande variação nos alimentos. "Costumo ir uma vez por mês, fazer uma compra mais pesada, mas vou semanalmente para repor algumas coisas. Em relação ao preço, tem aumentado absurdamente principalmente legumes, arroz, feijão, o básico mesmo", contou. Mais aumento Os preços dos alimentos consumidos em casa devem continuar subindo em 2024 sob impacto do fenômeno climático El Niño, conforme destacou o coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), André Braz. De acordo com ele, pode haver um atraso de algumas

safras importantes, como milho e soja, e isso vai fazer com que esses grãos subam de preço. "Esse aumento, claro, vai contaminar toda a família de produtos derivados, inclusive as carnes", afirmou.

O maior impacto negativo do ano ficou por conta do grupo de transportes, quando a gasolina acumulou alta de 12,09%. Com o maior peso entre os subitens do IPCA, o combustível exerceu no ano a maior contribuição individual para o resultado geral. "Vale lembrar que a gasolina teve o impacto da reoneração dos **tributos** federais e das alterações nas cobranças do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)", destacou o gerente da pesquisa, André Almeida. Outras altas relevantes no grupo foram do emplacamento e licença, que subiram 21,22%, e das passagens aéreas, que acumularam alta de 47,24% em 2023. Capital lidera Brasília registrou a maior **inflação** acumulada entre as 16 cidades e regiões metropolitanas avaliadas. Na capital federal, o índice foi de 5,50% no ano passado, puxado pelos preços dos grupos de transporte, educação, saúde e cuidados pessoais. Entre os subitens, se destacaram as altas dos preços das passagens aéreas (93,57%), cenoura (50,08%), azeite de oliva (46,07%), manga (38,74%) e arroz (36,05%), que foram os que chamaram mais atenção.

Embora tenha sido a cidade com maior variação de preços em 2023, o resultado foi menor do que a variação de preços na capital federal em 2022. Naquele ano, o IPCA acumulado foi de 6,6%. Depois de Brasília, as maiores inflações do acumulado do ano de 2023 foram registradas em Grande Vitória (ES), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Fortaleza (CE). Vitória de Campos Neto O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, se livrou da obrigação de escrever uma nova carta aberta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e à ministra do Planejamento, Simone Tebet, depois de a **inflação** oficial ter ficado abaixo do teto da meta. A legislação determina que, quando o BC não cumpre a meta de **inflação** (como aconteceu em 2021 e 2022), o presidente da autarquia precisa enviar uma carta aos demais integrantes do CMN explicando por que isso ocorreu.

Tebet celebrou os números divulgados pelo IBGE. "Vilã dos mais pobres, **inflação** de 2023 fica em 4,62% e volta para dentro do intervalo da meta depois de dois anos. Isso significa comida mais barata e mais poder de compra. Sigamos fazendo nosso dever de casa para repetir em 2024 os bons resultados da economia

obtidos no ano passado, com foco no emprego, na renda e na qualidade de vida do povo", escreveu ela no X (antigo Twitter).

O desafio do Banco Central é fazer com que a **inflação** chegue ao centro da meta. Na última edição do Boletim Focus, relatório semanal que divulga uma média das expectativas econômicas de vários agentes do mercado, a mediana das estimativas dos economistas mostra a **inflação** fechando 2024 em 3,90%.

Apesar de representar mais uma desaceleração, a meta para **inflação** neste ano é de 3,00%, o que sugere que o caminho ainda é longo e exige cautela em relação a cortes mais ousados nos juros ao longo deste ano.

Aposta esportiva: o que muda após a validação das bets (Artigo)

» *Camila Fernandes Oliveira e Julia Kalvon, advogadas*

A votação do projeto que taxa apostas esportivas no Brasil, as chamadas bets, aconteceu em 12 de dezembro, em uma sessão conduzida pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e pelo segundo-secretário do Senado, Weverton Rocha (PDT-MA). A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos, aprovada em 29 de novembro, a ser suplementado pelos pareceres de plenário.

Encerrada a discussão, o mérito foi aprovado com ressalvas. Destaca-se a emenda elaborada pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ), que objetiva a exclusão da possibilidade de efetuar-se apostas na modalidade de quota fixa em eventos virtuais, limitando as apostas a eventos reais. Já outra emenda veda a instalação e/ou disponibilização de aparelhos em estabelecimentos físicos destinados à comercialização das apostas de quota fixa em meio virtual. A matéria retornará à Câmara dos Deputados.

Assinada em 2018, pelo então presidente Michel **Temer**, a lei legitimou as apostas esportivas no país, prevendo que o setor seria regulamentado nos próximos dois anos, prorrogáveis por mais dois. Tramitou no Senado o projeto de lei que definia as regras gerais da regulamentação da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, sendo remetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que essa emitisse parecer acerca dos aspectos econômico e financeiro.

A comissão defendeu várias alterações na proposta, como o poder do Ministério da Fazenda em outorgar a autorização para exploração das apostas de quota fixa por um prazo de duração de cinco anos. O valor estipulado a título de outorga fixa será limitado a, no máximo, R\$ 30 milhões, considerado o uso de três marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização. O prazo para adequação das pessoas jurídicas que estiverem em atividade às regras de regulamentação será a partir de seis meses.

A lei prevê também que sócios ou acionistas, controladores de uma empresa operadora de loteria de apostas de quota fixa, não poderão ter qualquer participação direta ou indireta em sociedade anônima

de futebol, ou em organização esportiva profissional, nem atuar como dirigente de equipe desportiva brasileira.

Houve a redução da alíquota do imposto de renda da pessoa física para 15%, sendo que a apuração será anual e incidirá sobre os prêmios líquidos que excederem o valor da primeira faixa da tabela progressiva anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Importante mencionar a definição de prêmios líquidos, ou seja, o resultado positivo auferido nas apostas de quota fixa realizadas a cada ano, após a dedução das perdas incorridas com apostas da mesma natureza.

Após a dedução dos valores destinados ao pagamento dos prêmios e imposto de renda do apostador, o saldo será destinado em, no máximo, 88% para cobertura de despesas de custeio e manutenção dos operadores de jogos de apostas, sendo os 12% restantes destinados a diferentes áreas dos ministérios da Educação, Turismo, Saúde, entre outras entidades e corporações.

Importante mencionar algumas emendas não acolhidas no parecer. Uma delas apresentaria contrariedade ao princípio da liberdade de expressão comercial ao buscar vedar a veiculação, em qualquer meio de comunicação, de publicidade e marketing que promovam a loteria de apostas de quota fixa. A pretensão se mostra contraditória pois, se por um lado o anseio é arrecadar milhões a título de **tributos** por meio da regulamentação para investimento na sociedade, por outro pretende-se impedir a veiculação de propaganda, meio fundamental para divulgação de produtos e consequente obtenção de lucro.

Destacamos, também, os mecanismos tecnológicos para proteção de crianças e adolescentes, como, por exemplo, a integração das plataformas de apostas com aplicativos que validam os dados de cadastro, impedindo a realização de apostas por menores de 18 anos, e medidas para conter o endividamento dos apostadores, como a vedação à utilização de cartão de crédito para pagamento de apostas ou concessão de crédito pelo apostador.

Outra sugestão que poderia ferir frontalmente o princípio da isonomia era vedar a participação em apostas esportivas de pessoas formalmente inadimplentes. Sendo as apostas de quota fixa

modalidade de loteria e não havendo tal restrição nas demais modalidades lotéricas, não se confere tratamento isonômico ao aplicar tal restrição somente em relação a uma modalidade. Medidas para conter o endividamento dos apostadores já foram observadas pelo texto legal, como a vedação à utilização de cartão de crédito para pagamento de apostas ou concessão de crédito pelo apostador.

» Camila Fernandes Oliveira e Julia Kalvon,
advogadas

A reforma tributária: o que esperar de 2024 (Artigo)

JULIO MOREIRA*

Julio Moreira é contador, com pós graduação em Controladoria pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), empresário e sócio diretor da IDVL Contabilidade.

Quando pensamos em **tributos** no Brasil, vem à mente a imagem de um labirinto complexo de normas e regras a serem cumpridas. De fato, possuímos uma das maiores cargas tributárias do mundo. O último estudo feito pela **Receita Federal**, em 2020, mostrou que a arrecadação por aqui equivale a 13,5% do **PIB** sobre o consumo, superando a média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento), e países como Reino Unido (10,1%), Chile (10,6%) e Canadá (8,8%). Essa carga tributária sobre produtos e serviços faz com que os **impostos** tenham um peso muito maior no bolso de quem ganha menos.

Por isso, após décadas de debate, foi aprovada uma nova reforma, que tem como objetivo a simplificação do sistema tributário brasileiro, redução de litígios tributários e distribuição equitativa da carga. Ao contrário do que se imaginava, a reforma não irá diminuir a alta carga tributária, mas sim dissolvê-la melhor entre os setores, reduzindo o seu montante em algumas áreas estratégicas, como saúde, educação e comércio, e aumentando em outras, em especial a de serviços.

Foi criado o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unifica diversos **tributos** existentes sobre consumo, entre eles o ICMS, IPI, ISS, PIS/Pasep e Cofins, em apenas três novos - o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Além disso, passa a valer também o Princípio do Destino, que significa que o imposto será destinado ao estado ou município onde o adquirente do bem ou serviço está localizado. Essa medida foi criada para acabar com a "Guerra fiscal" que acontece entre ambas as entidades.

O Simples Nacional continuará, mas com modificações, permitindo aos contribuintes escolher entre duas formas de tributação, apurar o CBS e o IBS "por dentro" do regime Simples, ou apurar esses **tributos** "por fora" do Simples Nacional. Na prática, dependendo da atividade da empresa, poderá haver impactos na transferência de créditos para os clientes,

com um possível aumento da carga tributária e a perda de competitividade para outros regimes.

Em suma, a reforma busca a redução de litígios fiscais, decorrente da unificação dos **impostos** e da uniformização da legislação, novas **diretrizes** para benefícios fiscais e a possibilidade de creditamento, isto é, as empresas poderão compensar os **impostos** pagos na etapa anterior da cadeia **produtiva**, distribuição equitativa da carga tributária na cadeia. Outra novidade é a implementação de um sistema de **cashback**, que permite que parte do valor pago seja devolvido ao consumidor. Esta medida foi criada em função de quem ganha menos, e visa estimular ainda mais o consumo.

A transição será gradual, e deve valer a partir de 2026, com o aumento da alíquota do IBS e da CBS, e a redução as alíquotas de ICMS e ISS, com vigência integral até 2033. Apesar de algumas boas adições, há um risco real de que a carga tributária possa aumentar, afetando primordialmente o setor de serviços. As contas públicas vêm crescendo e pouco se fala sobre redução de gastos. E, caso a nova reforma não seja suficiente para cobrir o déficit atual do Governo, é possível que a conta chegue alto no futuro.

Ao contrário do que se imaginava, a reforma não irá diminuir a alta carga tributária, mas sim dissolvê-la melhor entre os setores

Fundo garantidor deve pesar em balanços de bancos americanos

Os grandes bancos americanos resistiram bem em 2023, embora o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) tenha continuado a aumentar os juros em ritmo rápido. Os balanços do quarto trimestre, que começam a sair hoje, devem mostrar como os clientes dos bancos se saíram nesse ambiente de taxas mais altas.

Até agora, as famílias continuaram a gastar e a tomar empréstimos, apesar dos custos de financiamento mais elevados, e as empresas contrataram a um ritmo saudável. Os maiores bancos colheram frutos. J.P.Morgan, Wells Fargo e Bank of America (BofA) tiveram forte crescimento dos lucros nos três primeiros trimestres do ano passado - mesmo depois das semanas de pânico iniciadas em março, quando alguns dos seus pares menores faliram.

O Fed sinalizou no mês passado que poderia estar perto de cortar juros, provocando uma recuperação nos mercados de títulos e de ações. Taxas mais baixas também seriam boas para os bancos em muitos aspectos. Embora juros altos lhes permitam cobrar mais pelos empréstimos, taxas mais baixas poderão reduzir os custos dos depósitos, relançar os empréstimos hipotecários e reduzir as perdas na contabilidade relativas a dívidas de longo prazo.

"Os temores sistêmicos diminuíram em grande parte", disse Christopher McGratty, chefe de pesquisa bancária dos EUA na Keefe, Bruyette Woods. "Mas agora a questão é: qual a perspectiva fundamental de baixo para cima para esta indústria?" J.P. Morgan, Wells Fargo, BofA e Citigroup devem anunciar resultados hoje, seguidos por Goldman Sachs e Morgan Stanley na terça-feira.

Juntos, os bancos deverão registrar cerca de US\$ 21 bilhões em lucros no quarto trimestre, um declínio de mais de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da FactSet. Os resultados serão prejudicados em parte por bilhões de dólares em taxas especiais relacionadas às falências do Silicon Valley Bank e do Signature Bank.

É provável que mais de 100 bancos estejam sujeitos às taxas da Federal Deposit Insurance Corp.

(FIDC, garantidor de depósitos bancários), que se destinam a repor o fundo que o governo utilizou para

cobrir depositantes não segurados.

Mas os maiores bancos deverão suportar o peso delas no quarto trimestre. Só os megabancos deverão registrar coletivamente mais de US\$ 7 bilhões em despesas após **impostos** relacionadas ao fundo garantidor, segundo Jason Goldberg, analista do Barclays. "Será um trimestre bastante confuso", disse.

A KBW espera que os lucros de todo o setor caiam coletivamente quase um quarto em relação a 2022, com base em estimativas para os mais de 200 bancos que abrange.

Os bancos provavelmente continuaram a provisionar recursos para perdas com empréstimos. Muitas famílias tiveram de sacar o dinheiro extra que pouparam na pandemia.

Os clientes já começaram a atrasar mais empréstimos, pressionados por custos mais elevados.

Os investidores estão "esperançosos de que o pior dos problemas com as taxas de juros já tenha passado", disse Scott Siefers, diretor-gerente da Piper Sandler. "A única dúvida é se entraremos ou não numa recessão mais ampla."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187761>

Inflação do país fecha 2023 em 4,62%

BRUNA OLIVEIRA* bruna.oliveira@zerohora.com.br
*Com agências de notícias

A **inflação** oficial do país, medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou 2023 em 4,62%, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA do ano passado ficou abaixo do teto de 4,75% da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central pela primeira vez após dois anos. Em 2021 e 2022, o IPCA havia estourado o limite, com índices de 10,06% e 5,79%, respectivamente.

Analistas do mercado financeiro aguardavam resultado abaixo do que foi divulgado, de 4,5% em 12 meses. Ainda assim, o dado veio dentro do intervalo de tolerância da meta, fechando o ano em comportamento bem mais otimista do que as expectativas traçadas no início do ano passado.

O resultado de 2023 foi influenciado principalmente pelo grupo transportes (alta de 7,14%), que teve o maior impacto no acumulado. Na sequência, vieram saúde e cuidados pessoais (6,58%) e habitação (5,06%). Alimentação e bebidas, grupo de maior influência no IPCA, subiu 1,03% no ano.

A **inflação** do país perdeu força ao longo do ano passado, influenciada, especialmente, pela pressão menor dos alimentos. Movimento que foi favorecido pela maior oferta de produtos e pela acomodação dos preços após reflexos da pandemia, conflitos mundiais e impactos do clima.

As carnes em geral, grande peso na mesa do brasileiro, caíram 9,37%. Já o óleo de soja recuou 28% no ano, como resposta da boa safra do grão no país, conforme sinaliza o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

- A alimentação foi favorecida por questões de safra, que resultaram em quedas importantes, principalmente em alimentos da cesta básica, sobretudo das proteínas. Isso ajudou bastante a ter **inflação** mais controlada no ano passado - diz Braz.

No grupo transportes, classe de despesa que mais pressionou o resultado da **inflação** no ano passado, gasolina, emplacamento e valorização dos automóveis foram os itens de destaque. O economista do FGV Ibre lembra que **impostos** sobre combustíveis foram retomados, fazendo com que a gasolina tivesse

aumento de 12% no acumulado de 12 meses. Além dela, o IPVA subiu 21% no país, seguindo a alta do preço dos automóveis, que avançaram 2,37% no ano.

Alta similar em Porto Alegre

Na Grande Porto Alegre, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2023 em 4,63%, próximo da **inflação** nacional, e acima da taxa no encerramento de 2022, quando a variação de preços acumulada foi de 3,61%, segundo o IBGE. Em dezembro, a **inflação** na Grande Porto Alegre foi de 0,43%, ante os 0,34% apurados no mês anterior.

Os destaques foram parecidos com o comportamento nacional. No ano, a **inflação** na Capital teve influência dos grupos transportes (9,44%), educação (8,91%), saúde e cuidados pessoais (5,80%) e habitação (5,11%). Somente artigos de residência (-1,13%) e alimentação e bebidas (-0,05%) encerraram o ano com variações negativas nos preços.

A disparada do azeite de oliva

Quem tem o costume de utilizar o azeite de oliva no preparo dos pratos teve surpresas ao buscar pelo produto na prateleira do supermercado nos últimos meses. O item fechou 2023 com alta de 37,1% nos preços. O que já era iguaria de poucos, pelo hábito, tornou-se quase artigo de luxo para quem já o consumia.

A seca sobre os olivais da Espanha, maior produtora de azeite de oliva do mundo, diminuiu a oferta do produto e fez os preços dispararem. A combinação de chuvas abaixo da normalidade e de ondas de calor na Europa reduziu a produção drasticamente, baixando os estoques mundiais do produto.

No Brasil, a estimativa de danos nos pomares de oliveiras devido aos reflexos do El Niño pode entrar no preço da prateleira. A safra das azeitonas em 2024 tende a ter quebra no RS em relação ao ano passado, quando a colheita foi recorde. A redução levará a uma oferta menor.

Enquanto o azeite de oliva experimenta altas históricas, o contrário acontece com o óleo de soja, amplamente utilizado na cozinha pelos brasileiros. O produto registrou queda de 28% nos preços em 2023, resultado da safra farta do grão no ano passado.

Projeção para 2024

Para 2024, a expectativa é de que a **inflação** volte a desacelerar e o IPCA encerre o ano em 3,9%. Tudo dependerá, segundo os analistas, dos impactos do El Niño sobre a safra agrícola.

A atuação do fenômeno climático, intensificada nos últimos meses do ano passado, trouxe chuva extrema para o sul do país e seca na Região Centro-Oeste. O quadro levou a reduções nas projeções oficiais da produção brasileira de grãos. Se confirmados os impactos, a tendência é de que os preços dos alimentos voltem a subir ao longo do ano, após trégua em 2023.

- Se a safra não for tão boa, os preços podem avançar em média 4,5% - estima André Braz, do FGV Ibre.

Repique em dezembro

Na avaliação mensal, o IPCA de dezembro, no país, foi de 0,56%, ou 0,28 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de novembro (0,28%).

O grupo alimentação e bebidas registrou alta de 1,11% em dezembro, após subir 0,63% em novembro.

A alimentação no domicílio subiu 1,34%, influenciada pelas altas da batata-inglesa (19,09%), feijão-carioca (13,79%), arroz (5,81%) e frutas (3,37%).

Já o leite longa vida recuou pelo sétimo mês consecutivo (-1,26%).

Como é definida

A meta para a **inflação** é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Cabe ao Banco Central (BC) adotar as medidas necessárias para alcançá-la, como elevar a taxa básica de juro da economia, a Selic.

O indicador utilizado é o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente a meta se refere à **inflação** acumulada no ano. Por exemplo, a meta para 2023 foi de uma **inflação** de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

No entanto, com a mudança para a meta contínua, a meta não ficará restrita ao ano-calendário.

No desenho atual do sistema, o CMN define em junho a meta para a **inflação** de três anos-calendário à frente. Por exemplo, em junho de 2018, o CMN definiu

a meta para 2021. Esse horizonte mais longo reduz incertezas e melhora a capacidade de planejamento das famílias, empresas e governo.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240112&edicao=29723>

Inflação fica abaixo do teto após dois anos

A **inflação** oficial do Brasil, medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechou o acumulado de 2023 em 4,62%, apontou nesta quinta-feira (11) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É a menor alta em três anos, desde 2020 (4,52%).

Com o resultado, o IPCA encerrou 2023 abaixo do teto de 4,75% fixado para a meta de **inflação** perseguida pelo BC (Banco Central). O índice havia estourado o limite superior da meta nos dois anos anteriores, em 2022 (5,79%) e 2021 (10,06%).

Em Goiânia, o índice de 0,44% em dezembro ficou acima de 0,31% do mês de novembro. Apesar desta décima alta na capital goiana em 2023, o acumulado de 3,82% no ano ficou acima apenas do patamar de 2018(3,14%).

Além disso, Goiânia teve uma das três menores variações entre todas as regiões investigadas no acumulado no ano do IP-CA, com 3,82%, atrás de São Luís (1,70%) e Recife (3,18%).

Apesar de perder força, a **inflação** de 2023 ficou acima da mediana das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam variação de 4,55% para o acumulado do ano passado, que marcou o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No recorte mensal, o IPCA acelerou de 0,28% em novembro para 0,56% em dezembro, segundo o IBGE. A nova taxa veio acima das projeções do mercado. Analistas esperavam variação de 0,50% no último mês de 2023, conforme a Bloomberg. Ainda assim, a marca de 0,56% é a menor para dezembro desde 2018 (0,15%).

SAFRA AGRÍCOLA

O IPCA perdeu força no ano passado com a trégua dos alimentos. O alívio veio após a disparada da **inflação** desses produtos em meio aos reflexos da pandemia, da Guerra da Ucrânia e de choques climáticos.

Em 2023, o aumento da oferta de mercadorias a partir da ampliação da safra agrícola ajudou a frear os preços da comida. Também houve maior disponibilidade de alimentos como carne e leite no país.

"A safra do ano passado foi muito boa. Melhorou a **inflação** e melhorou o PI B também", afirma o economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

O grupo alimentação e bebidas, que tem o maior peso no cálculo do IPCA, subiu 1,03% no ano passado. Isso representa desaceleração ante 2022, quando a alta havia sido de 11,64%. O resultado menor está associado à queda dos preços da alimentação no domicílio (-0,52%). Foi a primeira redução desse subgrupo desde 2017 (-4,85%).

O IBGE destacou as baixas do óleo de soja (-28%), do frango em pedaços (-10,12%) e das carnes (-9,37%) no ano passado. O óleo de soja teve a maior deflação (queda) entre os 377 sub-tens (produtos e serviços) que compõem o IPCA.

Em Goiânia, o grupo apresentou sete quedas em 2023 e acumulava negativo até novembro (-0,88%), fechando o ano acumulando alta 0,93%, bem menor que a variação em 2022, de 12,47%. Na capital, as carnes tiveram a terceira variação positiva em 12 meses, mas fecharam com acumulado de -8,64% em 2023.

Por outro lado, o grupo dos transportes exerceu a maior pressão no IPCA de 2023. O segmento acumulou alta de 7,14% no ano passado, após deflação de 1,29% em 2022. O novo resultado gerou impacto de 1,46 ponto porcentual no índice, o principal entre os grupos.

Nos transportes, destaca-se a alta da gasolina (12,09%), que é o subitem com o maior peso no IPCA. O combustível foi o responsável pelo principal impacto individual no índice em 2023 (0,56 ponto porcentual). Em Goiânia, a gasolina encerrou 2023 com acumulado de 7,02%, mas houve quedas nos índices de combustíveis em dezembro -gasolina (-2,17%), etanol (-4,22%) e óleo diesel (-2,89%).

A pressão da gasolina veio na esteira da retomada da cobrança de **tributos** que haviam sido congelados pelo governo **Jair Bolsonaro** (PL) às vésperas das eleições de 2022. Outras altas relevantes nos transportes vieram das passagens aéreas (47,24%). (Folhapresscom Redação)

Carnes tiveram recuo nos preços em 2023, com acumulados de -9,37% no Brasil de-8,64% em Goiânia

I PCA sem estouro

Site: <https://opopular.com.br/digital/12-janeiro-2024/1o-caderno>

Agricultores familiares têm isenção de ICMS

Em uma medida para fortalecer a agricultura familiar e promover a segurança alimentar nas escolas, o governo de Minas ampliou o limite de isenção de ICMS para produtores rurais que comercializam para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em até R\$ 40 mil por ano. Anteriormente, o valor máximo era de R\$ 20 mil anuais.

É que o Estado aderiu ao Convênio nº 105 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), aprovado em 2023. A diretriz autoriza a isenção nos estados, especificamente para produtores rurais vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A ação busca fomentar a produção rural e assegurar a oferta de produtos saudáveis e de qualidade nas instituições escolares, contribuindo para a promoção de hábitos alimentares mais conscientes entre os estudantes. A medida se aplica às operações com destino às escolas das redes públicas estadual e municipal de ensino.

"Essa é uma iniciativa relevante para os agricultores familiares, que terão menos taxa de **impostos** e, conseqüentemente, mais lucro. A cada R\$ 1 aportado pelo governo federal na alimentação escolar, Minas aporta R\$ 2", afirma a diretora de Comercialização e Mercados da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Jaqueline de Fátima Santos.

Ela destaca ainda que, desde 2021, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e a Secretaria de Estado de Educação (SEE) têm reforçado os trabalhos conjuntos para a preparação dos produtores rurais mineiros para o acesso ao programa.

Garantia de vendas - A agricultora Vanilda dos Santos Ribeiro Alcântara é presidente da Associação Agroindústria Sabor do Vale, que agrega 20 famílias - a maioria delas representada por mulheres. O grupo atua na comunidade Maria Nunes, no município de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, e comercializa polpa de frutas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar há 11 anos.

"Esse programa é muito importante para nós, porque, através dele, temos a garantia das nossas vendas. É o nosso maior mercado. Com essa comercialização, temos uma renda mensal garantida", conta a produtora rural e líder comunitária.

PNAE em números - Conforme o último balanço disponível, em 2022, aproximadamente 3,4 mil

instituições escolares, 4,7 mil agricultores familiares, 163 associações e 74 cooperativas da agricultura familiar, além de dois conselhos de desenvolvimento comunitário e um fórum de desenvolvimento sustentável, foram beneficiados pelo PNAE em Minas Gerais.

Naquele ano, 21,7 toneladas de alimentos foram comercializadas, a partir de um valor executado de quase R\$ 160 milhões em recursos do governo do Estado e da União. (Seapa)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-imprensa/>

Pandemia reduziu expectativa de vida para os próximos anos, aponta estudo

METRÓPOLES

A Covid-19 teve um impacto significativo na expectativa de vida da população mundial. A mudança foi percebida principalmente entre os homens: segundo um estudo do Office for National Statistics (ONS), o instituto de estatística do Reino Unido, meninos nascidos entre 2020 e 2022 têm expectativa de vida de 78 anos e sete meses, uma queda de nove meses em comparação com os nascidos entre 2017 e 2019.

Para as meninas, a queda de expectativa de vida foi menor: elas devem viver cinco meses a menos do que as nascidas no período anterior, passando de cerca de 83 anos para 82 anos e sete meses. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (11/1).

Os especialistas da ONS atribuem a redução a vários fatores, como o aumento das taxas de mortalidade durante a pandemia de coronavírus e "problemas mais profundos com a saúde da nação", o que inclui taxas crescentes de doenças cardíacas, cânceres e diabetes.

"Embora a expectativa de vida tenha se recuperado um pouco desde a queda acentuada da pandemia em 2020, não tivemos a recuperação esperada de lá para cá, apontando para problemas mais profundos com a saúde da nação e a resiliência do sistema de saúde", afirma a investigadora sênior do The King's Fund, Veena Raleigh, em entrevista ao site DailyMail.

No entanto, a redução da expectativa de vida impulsionada pela Covid-19 não significa que um bebê nascido entre 2020 e 2022 terá necessariamente uma vida mais curta. "A esperança média de vida de um bebê nascido hoje será determinada pelas mudanças na mortalidade ao longo da sua vida. Se as taxas de mortalidade melhorarem, a expectativa de vida voltará a aumentar", afirma a porta-voz da instituição, Pamela Cobb.

Com a redução da expectativa de vida, estima-se que nove a cada 10 países vão enfrentar a ameaça de subpopulação até ao final deste século, segundo relatório da Federação Internacional das Sociedades de Fertilidade (IFFS).

De acordo com o documento, divulgado nesta quinta-

feira (11/1), 93% das nações não terão crianças suficientes para substituir as pessoas que morrem até 2100.

Os autores do artigo apontam que o efeito pode resultar em falta de jovens para trabalhar, pagar **impostos** e cuidar dos idosos.

Eles atribuem a futura subpopulação à queda na taxa de fertilidade. O nível ideal é 2,1 filhos por mulher para que as crianças substituam os pais - contudo, a média de filhos no Brasil, por exemplo, gira em torno de 1,65 e a estimativa aponta queda para 1,63. A última vez que o país esteve acima da média de filhos foi em 2002, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os autores acrescentam que a principal consequência do encolhimento da população é o desequilíbrio demográfico, que pode levar a desafios sociais, políticos e econômicos significativos, incluindo a necessidade de imigração para manter as economias funcionando.

Inflação fecha 2023 em 4,62%, diz IBGE

A **inflação** oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o acumulado de 2023 em 4,62%, apontou nesta quinta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o índice encerrou o ano passado abaixo do teto de 4,75% da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central. O IPCA havia estourado o limite superior da meta nos dois anos anteriores, em 2022 (5,79%) e 2021 (10,06%).

Ao longo do ano passado, o IPCA perdeu força com a trégua dos alimentos, após a disparada da **inflação** desses produtos em meio aos reflexos da pandemia, da Guerra da Ucrânia e de choques climáticos.

Em 2023, o aumento da oferta de mercadorias a partir da ampliação da safra agrícola ajudou a frear os preços da comida. Também houve maior disponibilidade de alimentos como carne e leite no país.

"A safra do ano passado foi muito boa. Melhorou a **inflação** emelhorou o **PIB** também", afirma o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Segundo ele, outro fator que ajuda a explicar a **inflação** menor de GABRIEL DE SOUSA/CEDOC Segundo especialista, preços da gasolina e energia impediram perda de força mais intensa da **inflação** Uso de cloroquina pode ter causado 17 mil mortes em 6 países COVID-19 GEORGE FREY / AFP 2023 foi o impacto dos juros elevados.

O crédito caro desestimulou a demanda por bens duráveis e, assim, freou os aumentos dos preços desses produtos, diz Braz.

A desaceleração dos preços de parte dos serviços completa a lista de componentes que atenuaram o IPCA em 2023. Por outro lado, afirma o economista, os preços administrados, que incluem gasolina e energia elétrica, impediram uma perda de força mais intensa do índice.

Em Brasília, a maior Oito das 16 capitais e regiões metropolitanas que integram o cálculo do IPCA fecharam o ano com **inflação** superior à média nacional. Conforme o IBGE, Brasília teve a maior **inflação** acumulada das capitais e regiões metropolitanas em 2023: 5,5%. Vitória (5,1%), Belo

Horizonte (5,05%) e São Paulo (4,97%) aparecem na sequência do ranking. A outra ponta da lista é preenchida por São Luís. Em 2023, a capital do Maranhão registrou o menor acumulado do IPCA entre as metrópoles: 1,7%.

Recife (3,18%), Goiânia (3,82%), Aracaju (3,94%), Curitiba (4,18%), Rio de Janeiro (4,29%) e Salvador (4,48%) também registraram **inflação** menor do que a média nacional.

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Inflação volta para meta após 2 anos

I DANIELA AMORIM e DANIEL TOZZI MENDES

Pela primeira vez desde 2020, a **inflação** oficial do País voltou a fechar dentro do chamado intervalo de tolerância da meta que tem de ser atingida anualmente pelo Banco Central. Pelos dados divulgados ontem pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 4,62% no ano passado - para uma meta de 3,25%, com teto de 4,75%. O índice havia estourado o limite superior da meta nos dois anos anteriores: em 2022 (5,79%) e 2021 (10,06%).

Se por um lado a desaceleração da alta de preços é uma boa notícia para o consumidor, por outro vai reduzir o espaço para gastos do governo neste ano, conforme previsto na nova regra fiscal (mais informações na pág.

B3). Produtos não alimentícios como gasolina e planos de saúde foram os responsáveis pela maior parte do IPCA no ano passado (mais informações na pág. B2).

Houve uma aceleração da **inflação** no fim do ano passado, saindo de 0,28%, em novembro, para 0,56% em dezembro.

Neste caso, alimentos e passagens aéreas foram os itens que mais pesaram.

O resultado de dezembro superou as estimativas mais pessimistas de analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que previam uma variação entre 0,38% e 0,55%. O resultado, porém, foi o mais brando para meses de dezembro desde 2018.

"A **inflação** em dezembro foi impulsionada pela variação acima do esperado em alimentação dentro e fora do domicílio", avaliou o diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, em relatório. Ele afirmou que a dinâmica da **inflação** de serviços merece atenção para a condução da política monetária, em um cenário com mercado de trabalho ainda aquecido e uma política fiscal expansionista.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

IPCA menor do que previsto reduz espaço para gastos

BIANCA LIMA BRASÍLIA

A desaceleração da **inflação** em 2023, que voltou a fechar dentro da meta perseguida pelo governo depois de dois anos, representa uma boa notícia para o bolso do consumidor, mas um alerta para o governo, que terá um espaço menor para gastos em 2024. Segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento, esse ajuste será de R\$ 4,4 bilhões.

Isso num cenário fiscal já apertado pelo lado das despesas, com a equipe econômica correndo atrás de receitas extras e com uma desconfiança crescente no mercado em relação ao cumprimento da meta de déficit zero.

Esse corte de gastos será necessário porque o IPCA, que é a **inflação** oficial do País, fechou o ano passado em 4,62%, abaixo dos 4,85% usados como referência no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

O texto foi aprovado pelo Congresso, e está pendente de sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo arcabouço, que começou a vigorar neste ano, prevê que os gastos da União poderão crescer até 70% da variação real (considerada a **inflação**) da receita. Nesse caso, é considerada a **inflação** acumulada em 12 meses até junho do ano anterior. Só que a nova regra fiscal também permite a abertura de um crédito suplementar caso o IPCA apurado até dezembro seja superior ao verificado até junho.

Com base nessa segunda premissa, a PLOA aprovada no Congresso prevê um crédito de R\$ 32,4 bilhões no início deste ano. Só que, como o IPCA de 2023 veio abaixo do esperado, esse montante cairá para R\$ 28 bilhões, segundo o Planejamento.

Resultando, portanto, na diferença de R\$ 4,4 bilhões.

É importante ponderar que, se, por um lado, a **inflação** menor reduz o limite para gastos, por outro, diminui a previsão com algumas despesas obrigatórias, como da Previdência. O problema é que o governo já se apropriou desse novo espaço que se abriu: ele foi utilizado para recompor despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que haviam sido "capturadas" por emendas parlamentares.

O ex-secretário do Tesouro e economista da Asa Investments, Jeferson Bittencourt, alerta que a redução no espaço para gastos se soma a outro problema: a subestimação da despesa previdenciária, que, pelos seus cálculos, pode chegar a R\$ 20 bilhões. "Considerando somente esses dois casos, estamos falando de mais de 10% de toda a despesa discricionária (aquela que não é obrigatória, como custeio da máquina e investimentos)", diz ele.

Ele acrescenta que, nesse cenário, a acomodação das despesas dentro do limite previsto no novo arcabouço fiscal deverá gerar muito ruído político.

"O que reforça a nossa visão de que a mudança da meta é inevitável. Não é o que penso que deveria ser feito, mas é o que acho que tem mais chance de acontecer", disse.

Diferença No projeto do Orçamento, o governo usou como referência um IPCA de 4,85%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento pode ter corte de R\$ 4,4 bilhões

RENAN MONTEIRO E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA -

economista-chefe da Austin Rating.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O Ministério do Planejamento e Orçamento informou ontem que o resultado da **inflação** em 2023, com alta de 4,62%, ficou abaixo do estimado pela equipe econômica na proposta de Orçamento deste ano, que previa avanço de 4,85%.

O dado da **inflação** oficial, divulgado pelo IBGE, embora seja um alívio para o consumidor, pode virar uma dor de cabeça para o governo.

Segundo o ministério, isso significa que o limite de despesas do governo neste ano ficará R\$ 4,4 bilhões menor que o estabelecido na proposta orçamentária de 2024, o que pode obrigar o governo a cortar esse valor para cumprir as regras do arcabouço fiscal.

O novo arcabouço fiscal estabelece que as despesas crescerão pela **inflação** em 12 meses até junho do último ano - que somou 3,16% - além de um ganho real baseado na receita.

O arcabouço também permite, porém, que esse limite seja maior em 2024 considerando a **inflação** fechada.

Para calcular o limite para gastos efetivos de 2024 e evitar que os ministérios tivessem menos recursos alocados na proposta de Orçamento, o governo estimou que a **inflação** de 2023 seria de 4,85%.

DECISÃO SERÁ EM MARÇO

Isso levaria a um aumento extra de despesas de R\$ 32,4 bilhões. Como o IPCA do ano ficou em 4,62%, o limite para gastos também será menor (R\$ 28 bilhões). O resultado dessa diferença é R\$ 4,4 bilhões.

O governo vai decidir apenas em março se será necessário fazer esse corte ou não.

Isso porque, se outras despesas vierem abaixo do estimado, o bloqueio de recursos poderá ser menor, ou até mesmo desnecessário.

- Se o governo vai cortar ou bloquear, vai depender da execução do Orçamento ao longo do ano. Depende de como vai se comportar a arrecadação, as concessões e as privatizações. Se ele bloqueia, no primeiro momento, e não muda a realidade esperada em termos de receita, aí o governo vai precisar cortar as despesas em algumas áreas - analisa Alex Agostini,

Argentina encerra 2023 com inflação de 211,4%, acima até da Venezuela

A Argentina encerrou 2023 com a maior **inflação** em mais de 30 anos. O índice fechou dezembro com alta de 25,5% em relação ao mês anterior.

No acumulado de 12 meses, houve um salto de 211,4% - acima de todos os países da América Latina, inclusive da Venezuela, onde a alta foi de 193%.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec). O dado mensal de dezembro ficou abaixo da estimativa mediana de 30% dos economistas consultados pela Bloomberg.

No ano, o índice foi mais que o dobro do registrado em 2022, de 94,8%, e o maior desde 1990, quando os preços dispararam 1.343,9%.

"A **inflação** argentina ficou abaixo do esperado em dezembro, mas isso não é um sinal de que o pior já passou.

O índice de janeiro deve ficar no mesmo patamar, devido ao impacto residual da desvalorização do peso, de 54%, em meados de dezembro, e dos aumentos dos preços administrados, este mês", afirmou em relatório a economista para Brasil e Argentina da Bloomberg Economics, Adriana Dupita.

Logo depois de assumir, em 10 de dezembro, Javier Milei desvalorizou o peso em 54% e pôs fim ao congelamento de preços nos supermercados.

Neste início de ano acabarão os subsídios às tarifas de transporte e energia.

- A principal engrenagem de transmissão do processo inflacionário é a taxa de câmbio - explicou à AFP o economista Hernán Letcher.

- Essa desvalorização pressagiava uma alta taxa de **inflação** em dezembro.

Milei acreditava que a **inflação** mensal de dezembro ficaria abaixo dos 30%, o que seria "um sucesso retumbante" da sua equipe econômica, em meio a expectativas de chegasse a 45%.

NOTAS DE 10 MIL E 20 MIL

O maior aumento veio do setor de bens e serviços, com 32,7%, resultado da alta dos preços de artigos de cuidado pessoal. Saúde veio em seguida (32,6%), impulsionada pelas variações dos medicamentos e consultas particulares.

Já o setor de transportes avançou 31,7% devido ao aumento dos combustíveis.

Em alimentos e bebidas não alcoólicas, cuja alta foi de 29,7%, a pressão veio dos preços de carnes e derivados, além de pães e cereais.

De acordo com o jornal local La Nación, a consultoria Econométrica não prevê trégua dos preços nos primeiros dois meses deste ano.

A projeção é que a alta acumulada em dezembro, janeiro e fevereiro chegue a 84% -ou seja, em três meses, os preços quase dobrariam. A consultoria, que esperava **inflação** de 27% em dezembro, estima que este mês o índice ficará em 24%, recuando a 18% em fevereiro.

Melisa Sala, economista da consultoria LCG, ressaltou em relatório que, nas duas primeiras semanas do ano, houve aumentos de preços regulados. "Os combustíveis subiram 27%, contra alta de 82% em dezembro, com reflexo em outros preços da economia." Segundo ela, os aumentos em transportes e planos de saúde já criam um piso de 15 pontos percentuais para a **inflação** de janeiro.

A economista afirmou que o controle dos preços dependerá de o governo ter êxito em reduzir as expectativas de **inflação** por meio das mudanças que propõe na economia.

Para este ano, o jornal econômico *Ámbito Financiero* cita projeções da Universidad Torcuato di Tella, que apontam **inflação** de 225,9%. A pesquisa foi feita entre 11 e 15 de dezembro.

Também ontem, o Banco Central da Argentina anunciou que entrarão em circulação este ano as notas de 10 mil e 20 mil pesos. Até agora, a maior denominação é de 2 mil pesos.

A nota de 10 mil terá as efígies de Manuel Belgrano, criador da bandeira do país, e María Remedios del

Valle, heroína da Guerra de Independência.

Já a de 20 mil trará Juan Bautista Alberdi, inspirador da Constituição de 1853.

Apesar do anúncio do BC, Milei afirmou ontem, em entrevista a uma rádio, que acabará com a autarquia "mais cedo ou mais tarde".

Esta era uma das promessas de sua campanha.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após dois anos, IPCA fecha 2023 dentro da meta de inflação

Lucianne Carneiro e Marcelo Osakabe

A **inflação** oficial brasileira fechou 2023 em 4,62%, abaixo dos 5,79% de 2022 e também dos 4,75% do teto da meta do governo, que é perseguida pelo Banco Central. Foi o segundo ano seguido de desaceleração da **inflação** - que tinha sido de 10,06% em 2021 - e o menor resultado anual desde 2020 (4,52%). Além disso, foi a primeira vez que ficou dentro do intervalo da meta em três anos, desde 2020: o centro da meta é de 3,25%, mas com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O ano foi marcado pela deflação de alimentos, entre junho e setembro, embora os preços tenham voltado a acelerar no último trimestre. Ainda assim, foi o menor resultado anual para o grupo desde 2017: alimentação e bebidas subiram 1,03% - ante aumento de 11,64% em 2022 -, enquanto a alimentação no domicílio teve deflação de 0,52% - frente a expansão de 13,23% no ano anterior.

Na direção contrária, a maior pressão veio de preços administrados, que subiram 9,12% - quase o dobro da média do IPCA -, a maior taxa para o grupo desde 2021 (16,90%). Outro grupo que se destacou nas influências para a alta do índice foi o de transportes. Após uma deflação de 1,29% em 2022, teve alta de 7,14% dos preços em 2023.

Muitos dos itens com maior impacto são parte dos dois grupos, como a gasolina, que subiu 12,09% e foi individualmente o item com maior peso na alta do IPCA em 2023, e o emplacamento e licença de veículos, que engloba o IPVA, que foi a segunda maior influência, com aumento de 21,22%.

Na lista das principais pressões para o IPCA em 2023 aparecem também plano de saúde (11,52%), energia elétrica residencial (9,52%), passagem aérea (47,24%) e taxa de água e esgoto (10,08%).

"A **inflação** de 2023 foi puxada por monitorados, ficou acima da média geral. [...] Por classe de despesas, o grupo de alimentação e bebidas contribuiu para segurar o resultado, enquanto a maior pressão veio dos transportes, com altas expressivas em diferentes itens", afirmou o gerente do IPCA, André Almeida, ao apresentar os resultados consolidados da **inflação** no ano passado.

Ao longo de 2023, o resultado acumulado em 12 meses pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou até junho de 2023 - quando chegou a 3,16%. Daí, seguiu em alta até setembro (5,19%) e voltou a desacelerar no fim de 2023, mostrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em dezembro, o resultado mensal acelerou para 0,56%, o dobro do 0,28% de novembro, e veio acima do que era esperado pelo mercado, cuja mediana era de 0,49% segundo o Valor Data, com projeções entre 0,36% e 0,67%. Ainda assim, foi a menor taxa para um mês de dezembro desde 2018 (0,15%).

A principal influência nesse movimento veio da aceleração dos preços de alimentos e bebidas, que passaram de 0,63% em novembro para 1,11% em dezembro. Pressões tradicionais de fim de ano, combinadas com o clima adverso trazido pelo El Niño, que prejudica a produção de alimentos, ajudam a explicar o resultado acima do estimado, segundo economistas.

Ainda assim, notam que alguns sinais amarelos voltaram a aparecer, em especial para os preços de serviços subjacentes - tema que tem aparecido com frequência entre as preocupações do Banco Central quando se olha o cenário à frente. Os serviços subjacentes são os que respondem ao ciclo econômico, excluindo os grupos de turismo, serviços domésticos, cursos e comunicação.

Roberto Secemski, economista-chefe do Barclays para o Brasil, chamou atenção para a aceleração dos serviços subjacentes na virada de novembro para dezembro, de 0,27% para 0,51%, o que também interrompeu 12 meses de baixa na comparação anual.

"As métricas subjacentes e de núcleo têm convergido para a meta do BC, mas mais devido à dinâmica dos bens industriais que dos serviços recentemente", destacou. "De fato, a **inflação** anual dos serviços intensivos em trabalho subiu pelo segundo mês consecutivo, para 5,5%."

Para Vitor Martello, economista-chefe da Parcitas, a piora dessa abertura já havia ficado clara no IPCA-15 de dezembro, mas havia alguma esperança de que o

número fechado do mês mostrasse uma melhora, o que não ocorreu. Além disso, é possível notar que as pressões estão bem disseminadas entre as aberturas, como serviços inerciais, subjacentes de baixa e alta renda e intensivos em trabalho.

Na avaliação de Martello, com a interrupção da deflação dos preços de produtos comercializáveis, como alimentos e bens, a melhora dos preços de serviços também perdeu força, passando a refletir mais de perto os dados de atividade.

"Como a taxa de desemprego está de lado nos últimos meses, não tem por que melhorar a **inflação** de serviços. Só vai acontecer novamente se o El Niño passar ou se a **inflação** de bens continuar benigna", disse.

Paralelamente, existe também a expectativa de que os preços de alimento se mantenham pressionados nos próximos meses, ainda refletindo o clima adverso causado pelo El Niño. Tudo somado, o cenário de desinflação que vigorou durante a maior parte de 2023 pode se dissipar, alertou Alexandre Lohmann, economista-chefe da Constância Investimentos.

"Este repique altista dos núcleos precisa ser confirmado nos dados de janeiro e fevereiro. Se isso ocorrer, podemos entrar em outra dinâmica", afirmou o economista, lembrando que também podem entrar nesta conta uma atividade ainda resiliente e também o início do impacto defasado dos cortes da Selic.

"Nossa avaliação é que a análise prospectiva de desaceleração de serviços segue em jogo. O número de serviço subjacente ficou acima do teto das estimativas do mercado pela primeira vez em três meses. Na mesma direção, destacamos que a **inflação** subjacente encerrou o ano em velocidade maior e acelerando na margem", escreveu a economista da Warren Rena Andréa Angelo.

Para Arthur Carvalho, economista-chefe da Truxt, embora a dinâmica dos serviços seja um ponto de atenção, existem outros fatores que podem jogar a **inflação** para baixo em 2024. Entre eles, novos cortes de preço da gasolina e também uma nova rodada de deflação dos bens industriais.

"A gente acompanha os índices de preços ao produtor no exterior e eles estão muito fracos. Claro, tem a questão dos custos de frete. Tem uma chance grande de que isso faça os bens industriais surpreenderem para baixo", disse. "E, dependendo de como o câmbio se comporta, pode ajudar ainda mais o resultado da **inflação**."

"**Inflação** subjacente encerrou o ano em velocidade

maior e acelerando" Andréa Angelo

"**Inflação** anual dos serviços intensivos em trabalho subiu pelo segundo mês" Roberto Se

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187761>

Inflação caiu, mas não será fácil atingir a meta de 3% (Editorial)

A **inflação** brasileira encerrou o ano passado em 4,62%, um grande resultado quando se considera que as chances de que ela ficasse abaixo do teto da meta (4,75%) eram nulas ou desprezíveis ainda em meados do ano. Falta um bom caminho para que ela se coloque ao redor da meta de 3% e este percurso será talvez o mais demorado e difícil. Desde o início do sistema de metas, em 2000, a **inflação** só ficou próxima ou perto de 3% em 2006 (3,14%) e 2017 (2,95%). O IPCA de dezembro, de 0,56%, foi um pouco maior do que previam os analistas e indicou que a **inflação** dos serviços subjacentes, que mais reagem ao ciclo econômico, voltou a subir, após quedas importantes.

As dificuldades para que a **inflação** se aproxime da meta têm menos a ver com a intensidade da política monetária (13,75%, o pico da Selic, foi uma taxa alta o bastante para isso) e mais com a intensidade da política fiscal expansionista praticada. A PEC da Transição permitiu um aumento de gastos públicos de R\$ 169 bilhões. O governo central terá um déficit maior que esse, estimado na quinta revisão de receitas e despesas em R\$ 177 bilhões, mas o resultado provavelmente ultrapassará R\$ 200 bilhões.

A economia deve ter crescido 3% no ano passado com os estímulos fiscais, que amorteceram parte dos efeitos esperados dos juros altos. O governo quitou em dezembro R\$ 95 bilhões em precatórios como despesas fora da meta, de acordo com orientação do Supremo Tribunal Federal, que o autorizou a fazê-lo dessa forma (fora da meta do novo regime fiscal) até 2025. Os recursos dos precatórios correspondem a quase 1% do **PIB** e parte deles movimentará os negócios. Depois de o salário mínimo aumentar 8,9% em 2023, o reajuste em 2024 foi de 6,9%. O aumento de R\$ 92 para 35 milhões de trabalhadores que recebem até um mínimo trará à economia R\$ 38,6 bilhões no ano, ou 0,3% do **PIB**. Além disso, no novo regime fiscal, o orçamento foi feito com reajuste de despesas pelo IPCA de doze meses encerrados em junho, que foi de 3,6%. Como o número final de 2023 foi de 4,62%, o governo poderá contar com a diferença, que incidirá sobre as despesas primárias autorizadas de R\$ 2,065 trilhões. São mais cerca de R\$ 21 bilhões.

Independentemente de estímulos fiscais, os principais protagonistas da redução da **inflação** no ano passado

podem não desempenhar esse papel agora. A **inflação** de alimentos e bebidas despencou de 11,64% em 2022 para 1,03% em 2023, com deflação de 0,5% em alimentação fora do domicílio (13,2% no ano anterior). Artigos de residência e vestuário também deram colaboração significativa, mas todos esses itens voltaram a subir entre novembro e dezembro.

Com queda relevante, o setor de serviços evoluiu 6,22%, ante 8,91% no ano anterior. Ainda assim, é uma **inflação** alta, como a de transportes (7,14%), saúde e cuidados pessoais (6,58%) e educação (8,24%). Serviços subjacentes, cujos preços seguem mais de perto a temperatura da economia, terminaram o ano passado em 4,82%. Em dezembro, porém, voltaram a aumentar. Na média móvel trimestral, anualizada e dessazonalizada, a variação de preços do setor avançou de 3,9% em novembro para 4,1% no mês passado, segundo cálculo dos economistas do Santander. A média dos cinco núcleos de **inflação** acompanhadas pelo BC, que excluem de diferentes formas os itens de preços mais voláteis, terminou o ano em 4,34% (MCM Consultoria). Mas a média dos núcleos mensais apresentaram alta entre os dois últimos meses do ano.

Os preços administrados subiram 9,12% em 2023, puxados pela gasolina (12%) e energia (9,5%). Esses preços terão de recuar muito agora, para 4,1% no fim do ano, para que a projeção do BC sobre a trajetória de **inflação** encerre 2024 em 3,2%. As cotações do petróleo caíram de US\$ 101o barril em 2022 para US\$ 83 no ano passado e, embora oscilantes, têm girado em torno dos US\$ 80. Tanto as ações institucionais da Opep, com corte de produção, querem elevá-las, como as ações políticas dos houthis, aliados do Irã, podem acabar forçando-as a isso com seus ataques e sequestros de petroleiros no Mar Vermelho. Os preços da energia tendem a subir no Brasil independentemente da oferta, pelo peso crescente dos subsídios que vão para a conta de luz-são R\$ 37 bilhões este ano. Sobra energia no país, mas os preços nunca caem.

Em dezembro, a **inflação** foi 0,6 ponto superior à previsão de curto prazo do BC. Em março, supondo que acerte as projeções do primeiro trimestre, estaria em ainda acima de 4%, se nada mudar. Mas pode haver surpresas positivas, como ocorreu no quarto

trimestre. O real se mantém valorizado, as cotações das commodities estão comportadas. A previsão de perdas de 11 milhões de toneladas em uma safra recorde pode não castigar muito os preços dos alimentos. O IPCA de fevereiro e o de março foram muito altos e ganhos do poder de compra da moeda na saída de uma **inflação** alta para outra baixa não se repetirão este ano. A economia deve esfriar, o que reduz a pressão doméstica sobre os preços. É importante para a queda da **inflação** que o governo não queira que o **PIB** cresça com anabolizantes, que busque o corte de gastos e reduza para perto de zero o déficit público.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187761>

Inflação oficial tem alta acumulada de 4,62%

Rio - A **inflação** do país foi de 0,56% em dezembro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem. Com isso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2023 com alta acumulada de 4,62%. A meta da **inflação** determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano é de 3,25%, mas com uma tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, ou seja, entre 1,75% e 4,75%.

O resultado de 2023 foi influenciado principalmente pelo grupo transportes (7,14%), que teve o maior impacto (1,46 p.p.) no acumulado do ano. Na sequência, vieram saúde e cuidados pessoais (6,58%) e habitação (5,06%), com impactos de 0,86 p.p. e 0,77 p.p., respectivamente.

Alimentação e bebidas, grupo de maior peso no IPCA, subiu 1,03% no ano. Nos transportes, destaca-se a alta da gasolina (12,09%), subitem de maior peso entre os 377 subitens que compõem o IPCA e responsável pelo maior impacto (0,56 p.p.) em 2023.

Em dezembro, todos os nove grupos de produtos e serviços analisados pela pesquisa registraram aumento. O maior veio de alimentação e bebidas (1,11%), que acelerou em relação ao mês anterior (0,63%) e exerceu o maior impacto sobre o resultado geral (0,23 p.p.).

Com o aumento nos preços da batata-inglesa (19,09%), do feijão- carioca (13,79%), do arroz (5,81%) e das frutas (3,37%), a alimentação no domicílio subiu 1,34%. Por outro lado, o preço do leite longa vida baixou pelo sétimo mês seguido (-1,26%).

"O aumento da temperatura e o maior volume de chuvas em diversas regiões do país influenciaram a produção dos alimentos, principalmente dos in natura, como os tubérculos, hortaliças e frutas, que são mais sensíveis a essas variações climáticas", explicou o gerente do IPCA, André Almeida.

No mesmo período, a alimentação fora do domicílio (0,53%) acelerou frente ao mês anterior (0,32%), com as altas do lanche (0,74%) e da refeição (0,48%).

Esses dois itens também tiveram aumento na comparação com novembro.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, comentou ontem que a **inflação** "volta para dentro do intervalo da meta depois de dois anos". Segundo ela, "isso

significa comida mais barata e mais poder de compra".

PORTO ALEGRE. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, o IPCA de dezembro foi de 0,43% superando em 0,09 ponto percentual (p.p.) a taxa de novembro (0,34%). No ano, o IPCA regional acumula alta e fecha o ano em 4,63%, abaixo dos 4,77% observados nos 12 meses imediatamente anteriores em novembro.

Em dezembro de 2022, a variação havia sido de 0,56%.

Os preços de todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em dezembro.

A maior variação (0,63%) veio do grupo saúde e cuidados pessoais e o maior impacto (0,12 p.p.) veio do grupo alimentação e bebidas (0,58%).

Na sequência, o destaque veio da habitação (0,58%) e da saúde e cuidados pessoais (0,63%), que contribuíram com outros 0,08 p.p. para o índice geral. Os demais grupos ficaram com variação mensal entre o 0,14% de despesas pessoais e 0,45% artigos de residência.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-709491516820c9f43b1249622a98a2fa.pdf

Inflação fica abaixo do teto, mas preços ainda estão altos

08632; CINTHYA OLIVEIRA

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2023 em 4,62%, conforme divulgação ontem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o valor da **inflação** ficou abaixo do limite da meta definida pelo Banco Central (de 4,75%) pela primeira vez em três anos. Isso indica estabilidade na **inflação**, mas não significa que os produtos voltaram a ter o mesmo patamar de preços de antes da pandemia de Covid-19.

"Desde 2020, tivemos um aumento muito grande em itens como alimentação, gasolina e gás de cozinha. Estamos vivendo uma estabilidade e uma redução nos preços, mas não chegamos ao que era praticado antes da pandemia", explica Diogo Santos, economista da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), da UFMG. Por isso, o consumidor ainda sente sufoco para fechar as contas no fim do mês.

Em dezembro, a **inflação** calculada pelo IBGE ficou em 0,56%, bem acima do 0,28% de novembro. O índice foi puxado especialmente pelos itens de hortifrúti, muito prejudicados pela chuva e pelo calor excessivos. Santos explica que esse cenário é esperado no último mês do ano. "De forma geral, a **inflação** é maior nos primeiros e últimos meses do ano", diz.

Segundo Santos, foram os alimentos que puxaram a **inflação** para cima em dezembro, mas, ao longo do ano, esse foi o setor que proporcionou as principais reduções de preços. Tanto que a cesta básica calculada pelo Ipead em BH custou R\$ 693,44 em dezembro de 2023 - valor 2,59% menor do que no último mês de 2022.

A lista de dados do IBGE indica que, ao longo de 2023, as famílias puderam ficar mais aliviadas com a queda nos preços em itens como feijão carioca (-13,77%), farinha de trigo (-9,14%), carnes (-9,37%) e leite longa vida (-7,83%). Por outro lado, gastaram mais com transporte coletivo (+12,67%), gasolina (+12,09%) e energia elétrica residencial (+9,52%). "O custo com habitação, como energia elétrica, aluguel e água, subiu bem acima da **inflação**. Isso leva a uma percepção de que você não tem o ganho salarial compatível com o gasto que tem. A sensação é que

está ganhando cada vez menos e gastando cada vez mais", diz o economista Feliciano Abreu, do site Mercado Mineiro.

E os economistas sabem que a sensação de **inflação** muda muito conforme a classe social em que cada pessoa está inserida. Alimentação e transporte, por exemplo, têm peso maior para as famílias de baixa renda. Já a classe média costuma ser mais impactada pelos serviços, como educação e saúde. "As pessoas que fazem compras no supermercado sentiram que os preços caíram. Por outro lado, o setor de transportes subiu 7,14%, e as pessoas mais pobres sentem mais isso", explica o consultor financeiro Sílvio Azevedo. Para as famílias de maior renda, ele ressalta que as passagens aéreas estão muito mais caras (+47,24%), e os planos de saúde subiram acima da **inflação** (+11,52%).

Para este ano

Mercado. Em 2024, a expectativa é que o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caia para 3,90% no acumulado do ano, conforme a mediana mais recente do Focus, do Banco Central.

Meta. O centro da meta é de 3% em 2024, 2025 e 2026, sempre com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais (4,50%) ou menos (1,50%).

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Brasil registra menor inflação desde 2020

A **inflação** no Brasil voltou a cair em dezembro e encerrou o ano passado em 4,62% no período de 12 meses, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o melhor resultado desde 2020, quando a taxa ficou em 4,52%.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,56% no último mês de 2023, expansão ligeiramente inferior a do mesmo mês de 2022 (0,62%). O dado anual fecha dentro da meta de **inflação** estabelecida pelo Banco Central do Brasil (BCB) - pouco abaixo do teto esperado de 4,75% -, após dois anos consecutivos de descumprimento da meta.

O relativo controle da **inflação** tende a favorecer a continuidade da redução da Selic, a taxa básica de juros do país. O Banco Central voltou a cortar a Selic em dezembro em 0,5 ponto percentual, para 11,75%, devido à "trajetória de desinflação" do país.

Foi o quarto corte consecutivo aplicado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom).

A expectativa do mercado é que ao fim deste ano a **inflação** fique em 3,90%, segundo o boletim Focus do BC, com a Selic em 9%.

GRUPOS

Todos os grupos de produtos e serviços analisados pelo IBGE subiram em dezembro. O maior impacto da variação foi nos setores alimentação e bebidas (1,11%) e transportes (0,48%).

"O aumento da temperatura e o maior volume de chuvas em diversas regiões do país influenciaram a produção dos alimentos, principalmente dos in natura, como os tubérculos, hortaliças e frutas, que são mais sensíveis a essas variações climáticas", explicou em nota o gerente do IPCA do IBGE, André Almeida.

Com o aumento nos preços da batata-inglesa (19,09%), do feijão-carioca (13,79%), do arroz (5,81%) e das frutas (3,37%), a alimentação no domicílio subiu 1,34%. Por outro lado, o preço do leite longa vida baixou pelo sétimo mês seguido (-1,26%).

"No caso do arroz, que registrou alta pelo quinto mês seguido, a produção foi impactada pelo clima desfavorável", disse Almeida. "Já a alta do feijão tem relação com a redução da área plantada, o clima

adverso e o aumento do custo de fertilizantes", completou.

No mesmo período, a alimentação fora do domicílio (0,53%) acelerou frente ao mês anterior (0,32%), com as altas do lanche (0,74%) e da refeição (0,48%). Esses dois itens também tiveram aumento na comparação com novembro.

No grupo dos transportes (0,48%), o segundo que mais contribuiu para o índice geral 0,10 pontos percentuais (p.p), as passagens aéreas (8,87%) continuaram subindo. Dezembro foi o quarto mês seguido com variações positivas desse subitem, que representou o maior impacto individual sobre a **inflação** do país (0,08 p.p.). Por outro lado, todos os combustíveis pesquisados (-0,50%) tiveram deflação: óleo diesel (-1,96%), etanol (-1,24%), gasolina (-0,34%) e gás veicular (-0,21%).

"Pelo fato de a gasolina ser o subitem de maior peso entre os 377 pesquisados pelo IPCA, com essa queda, ela segurou o resultado no índice do mês", ressaltou André Almeida. Em dezembro, os preços desse combustível caíram pelo terceiro mês consecutivo.

Já em habitação (0,34%), que desacelerou na comparação com novembro (0,48%), os destaques foram as altas da energia elétrica residencial (0,54%), da taxa de água e esgoto (0,85%) e do gás encanado (1,25%). Os demais grupos registraram os seguintes resultados: artigos de residência (0,76%), vestuário (0,70%), despesas pessoais (0,48%) saúde e cuidados pessoais (0,35%), educação (0,24%) e comunicação (0,04%).

11 % Foi a alta registrada no setor alimentos e bebidas no último mês do ano

-0,5% foi a queda do setor combustíveis registrada no IPCA de dezembro

O maior impacto dos setores pesquisados veio dos alimentos, sobretudo dos in natura

Todos os combustíveis tiveram deflação em dezembro

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/01/brasil-registra-menor-inflacao-desde-2020.html>

Desinflação no País deve seguir, apesar de riscos

São Paulo - O processo de desinflação deve continuar em curso no Brasil e o mercado ainda não vê mudanças no ritmo do afrouxamento monetário pelo Banco Central, mas o resultado de dezembro do IPCA levanta alguns sinais de riscos, segundo analistas.

Como visto, a **inflação** terminou 2023 abaixo do teto da meta depois de dois anos seguidos de estouro do objetivo, mas tanto o resultado do IPCA de dezembro quanto em 12 meses ficaram acima das expectativas. Em dezembro, o IPCA avançou 0,56% contra expectativa em pesquisa da Reuters de 0,48%, subindo no ano 4,63%, acima dos 4,54% esperados.

"Do ponto de vista qualitativo, a leitura não foi favorável. A piora na média dos núcleos sugere um cenário desinflacionário menos consistente no curto prazo", avaliou Igor Cadilhac, economista do PicPay.

O maior impacto no último mês do ano foi exercido pelo grupo de alimentação e bebidas, com alta de 1,11%, resultado atribuído ao aumento da temperatura e efeitos climáticos relacionados ao fenômeno El Niño, que segue no foco. "O grupo alimentação no domicílio foi bastante impactado pelo agravamento do El Niño no final de 2023, e esse efeito deve trazer perturbação também no começo de 2024", alertou Leonardo Costa, economista da gestora ASA Investments.

A **inflação** de serviços, que o BC acompanha de perto diante de um mercado de trabalho aquecido, também fica no foco, já que segue em patamares elevados. Somente em dezembro esse índice subiu 0,60%, terminando o ano com alta acumulada de 6,22%. "De modo geral, o resultado da **inflação** em dezembro não foi muito animador, ainda assim, há sinais de continuidade do processo de desinflação, mas alguns sinais de risco começam a aparecer no horizonte, principalmente a aceleração dos núcleos e da **inflação** de serviços", destacou André Cordeiro, economista-sênior do Inter.

Essas questões, no entanto, ainda não devem motivar uma mudança nas expectativas para a condução da política monetária, de acordo com analistas e também com a precificação do mercado. "Achamos que o BC deve manter o ritmo de cortes em 0,5 p.p. por reunião do Copom, lembrando que a nossa projeção segue em 9% ao fim do ano", disse Julio Hegedus, economista da Mirae Asset Brasil.

Expectativas - De fato, expectativas implícitas em contratos futuros de juros mostravam quase 100% de chance de o BC repetir corte de meio ponto percentual em sua reunião do final de janeiro, com operadores também precificando uma redução de mesma magnitude para o encontro de março.

Para maio, há expectativa implícita de corte de 0,44 ponto percentual e, para junho, redução de 0,46 ponto - na prática, uma indicação de que a maior parte do mercado também espera manutenção do ritmo de flexibilização nessas duas reuniões.

"O resultado (do IPCA) não altera o plano de voo do BC para as próximas decisões do Copom, mas coloca cautela adicional em parte do mercado que aposta em aceleração no ritmo de cortes na taxa de juros", disse Álvaro Frasson, estrategista macro do BTG Pactual.

Em seu ciclo de afrouxamento monetário, o BC fez quatro cortes de 0,5 ponto percentual na Selic, reduzindo-a ao patamar atual de 11,75%, e já indicou novas reduções pela mesma magnitude.

A pesquisa Focus mais recente mostra que a expectativa do mercado é de que a Selic termine 2024 a 9,0%, com a **inflação** em 3,90% - a meta para este ano é de 3,0%, com margem de 1,5 ponto percentual. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Taxa leva governo a cortar R\$ 4,4 bi em despesas

Jéssica Sant" Ana

O governo terá de cortar R\$ 4,4 bilhões em despesas do Orçamento de 2024 devido à **inflação** oficial do país ter terminado o ano abaixo do previsto na peça orçamentária enviada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou o ano passado em 4,62%. O governo, no entanto, enviou o Orçamento de 2024 ao Congresso com parte das despesas calculadas sobre a projeção de alta 4,85% do indicador.

A peça enviada ao Parlamento previu R\$ 32,4 bilhões em despesas condicionadas à essa variação de 4,85%. O restante das despesas estava calculada sobre o IPCA já apurado entre janeiro e junho de 2023.

Como o IPCA do ano ficou abaixo do previsto, somente R\$28 bilhões em despesas condicionadas à **inflação** poderão ser efetivadas no Orçamento, que está em fase de sanção presidencial.

A diferença (R\$ 4,4 bilhões) é o montante que o governo terá de cortar. Segundo apurou o Valor, o modo como será feito esse corte e o momento ainda serão decididos. Ou seja, pode ser feito em março, durante a reavaliação obrigatória das despesas e receitas do Orçamento, ou antes.

O corte previsto devido à **inflação** coloca mais pressão na gestão do Orçamento deste ano. Isso porque, em março, já é esperado um contingenciamento volumoso de gastos devido à provável frustração de receitas que constavam na peça orçamentária aprovada.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187761>

Pressão de preços reduz chance de corte de juros em março pelo Fed

Eduardo Magossi De São Paulo

Os dados mais fortes que o esperado do índice de preços ao consumidor (CPI, da sigla em inglês) de dezembro nos Estados Unidos reduziram as chances de cortes nos juros no primeiro trimestre deste ano, como parte do mercado tem precificado.

Segundo o Escritório Nacional de Estatísticas (BLS, na sigla em inglês) americano, o CPI subiu 0,3% entre novembro e dezembro e 3,2% na comparação anual - ambas as leituras acima do esperado e dos números de novembro.

Já o núcleo do indicador, que exclui os voláteis itens de energia e alimentos, exibiu uma alta de 0,3% na base mensal e de 3,9% na anual, acima do aumento previsto pelos analistas de 3,8%.

Ellen Zentner, economista-chefe para os Estados Unidos do Morgan Stanley, afirma que a **inflação** de moradia e de preços de carros está se mostrando mais resilientes do que o esperado.

"Preço de seguros de carros mais altos e mais resilientes devem continuar pelo primeiro semestre de 2024 e um aumento dos preços das passagens aéreas vão deixar os custos de transporte mais elevados", afirma.

A economista diz acreditar que o processo de desinflação a partir de agora será gradual, com os preços de serviços se tornando resilientes. "Projeto um primeiro corte nos juros apenas em junho", diz Zentner.

Para os economistas do Citi Veronica Clark e Andrew Hollenhorst, o CPI de dezembro mostrou que os preços do setor de serviços ainda continuam fortes "O núcleo do CPI continua crescendo entre 3% a 4% em base anual por cinco meses consecutivos", afirmam em nota.

Eles ressaltam que os serviços - tanto os de moradia como os demais - permanecem consistentemente resilientes. Para os economistas, a divulgação do índice de gastos de consumo pessoal (PCE, da sigla em inglês) de dezembro, dias antes da próxima reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), em 31 de janeiro, vai determinar quão inclinadas a um

corte de juros as autoridades do Federal Reserve (Fed, banco central americano) vão se mostrar. "Ainda achamos que março é muito cedo para um primeiro corte nos juros", dizem.

Para Carsten Brzeski, chefe de macroeconomia do banco holandês ING, o afrouxamento nas condições financeiras que a expectativa de cortes agressivos provocou limita a possibilidade de o Fed de baixar os juros em breve. "Quanto mais agressiva for a precificação do mercado para os cortes de juros, menos os cortes serão necessários." Brzeski considera que, quanto mais forte for o cenário de "pouso suave", menos emergência haverá para cortes. "Para o Fed ou o Banco Central Europeu (BCE) começarem a cortar os juros no fim do primeiro trimestre, teremos que ver um grave acidente econômico ou o colapso da economia", diz.

James Knighley, economista-chefe de internacional também do ING, também acredita que o mercado de trabalho aquecido e o CPI mais forte que o esperado indicam que um corte em março é improvável, a não ser pela ocorrência de um choque financeiro sistêmico. "O Fed irá preferir esperar até março", afirma.

Segundo o economista-chefe para os Estados Unidos da Oxford Economics, Michael Pearce, o aumento maior que o esperado do CPI de dezembro irá reverter algumas das expectativas mais agressivas de redução das taxas de juros este ano. "Mas não altera a nossa visão de que a **inflação** está num caminho acidentado de regresso à meta de 2%. Esperamos que o primeiro corte nas taxas ocorra em maio e que o Fed realize cortes de 0,75 pontos base este ano, menos do que o que os mercados estão atualmente precificando", afirma.

Na direção contrária, os economistas Stephen Jureau e Michael Gapen do Bank of America (BoFA) ainda apostam em um primeiro corte nas taxas em março, mesmo com o CPI de dezembro mais forte do que o esperado e os preços de energia acima das projeções do banco.

"Apesar de tudo, o dado ainda sugere que a **inflação** está desacelerando à medida que o núcleo da **inflação** em sua taxa anualizada de três meses caiu um décimo a 3,3% e a taxa anual ficou abaixo de 4%. Além disso, alguns impulsionadores da força este mês,

especialmente os preços dos carros usados, devem subir nos próximos meses. No geral, o CPI de dezembro nos deixou confortável com nossa expectativa de que o Fed irá cortar os juros em 0,25 ponto percentual em março", afirmam em nota.

Essa também é a posição da Global X. "Penso que ainda é possível um primeiro corte da taxa em março em 0,25 ponto percentual, considerando que a atual política do Fed é muito restritiva, perto dos níveis vistos pela última vez em 2000 e 2007", afirma Morgane Delledonne, diretora de pesquisa da Global X ETFs, em e-mail enviada ao Valor.

De acordo com ela, os números do CPI vieram mistos, dada a desaceleração do núcleo da **inflação** e a recuperação do índice cheio, deixando o cenário intacto.

"O CPI, por si só, não é suficiente para afetar a visão de que o primeiro corte das taxas e juros do Fed será em março e que ele só poderá cortar as taxas em 0,75 ponto para adotar uma posição neutra", ressalta Segundo a economista, a defasagem entre a mensagem do Fed e a expectativa dos mercados quanto ao futuro das taxas de juros poderá persistir durante o primeiro trimestre, uma vez que ambos se encontram dependentes de dados para validar suas opiniões.

"Custos de moradia, carros e seguros devem continuar altos.

Projeto um 1o corte apenas em junho" Ellen Zentner

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187761>

FMI: crescimento global será "resiliente"

Washington - O crescimento econômico global permanecerá "resiliente" este ano, após um 2023 mais forte do que o esperado, disse o Fundo Monetário Internacional (FMI) ontem, ressaltando que é necessário trabalhar para impulsionar as taxas de crescimento global acima de uma faixa anêmica de 3% no médio prazo.

A porta-voz do FMI, Julie Kozack, disse em uma coletiva de imprensa que a economia global parece estar caminhando para um "pouso suave", com a **inflação** diminuindo e os mercados de trabalho resistentes, mas os países de baixa renda ainda podem ficar para trás. Espera-se que o FMI divulgue uma atualização de suas previsões econômicas no final deste mês.

O Banco Mundial divulgou na terça-feira (10) uma perspectiva sombria para 2024, prevendo que o crescimento do **PIB** global desaceleraria pelo terceiro ano consecutivo para 2,4%, o que colocaria em risco as metas de redução da pobreza.

Kozack disse que as terríveis previsões de recessões em muitas regiões, predominantes há um ano, não se concretizaram em 2023.

"Portanto, tivemos uma economia global relativamente resiliente até agora. Esperamos que essa resiliência continue em 2024", disse Kozack, observando que a **inflação** está caindo.

Mas as notícias "não são de todo boas", porque o crescimento recente e de curto prazo de cerca de 3% é menor do que as taxas de crescimento globais médias anteriores, pré-pandemia de Covid-19, de cerca de 3,8%.

"Portanto, temos trabalho a fazer para elevar o crescimento global, especialmente no médio prazo", disse Kozack, acrescentando que a situação apontava para a necessidade de políticas e reformas sólidas que pudessem aumentar a produtividade.

Perguntado se a resiliência econômica em 2024 se estenderia para além dos Estados Unidos, Kozack disse que há uma divergência de perspectiva entre países e regiões, com o risco de os países de baixa renda ficarem ainda mais para trás.

"Eles estão tendo mais dificuldade para se recuperar de uma série de choques, incluindo a pandemia, os choques nos preços dos alimentos e do petróleo",

disse ela, acrescentando que o trabalho do FMI em 2024 terá um forte foco em ajudar os países membros mais vulneráveis. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Dólar recua com investidores estimando corte de juros nos EUA

São Paulo - O dólar à vista fechou ontem em baixa ante o real, pela segunda sessão consecutiva, com investidores desmontando posições defensivas no mercado de câmbio, em meio à leitura de que ainda que o Federal Reserve possa adiar para depois de março o início do ciclo de cortes de juros, isso tende a ocorrer ainda no primeiro semestre.

Paralelamente, o Banco Central não divulgou no início da tarde, como de costume, o fechamento da taxa de câmbio Ptax, o que prejudicava os negócios no Brasil, segundo operadores.

O dólar à vista fechou o dia cotado a R\$ 4,8755 na venda, em baixa de 0,34%. Em janeiro, a moeda norte-americana acumula alta de 0,49%.

Na B3, às 17:52 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,43%, a R\$ 4,8845.

O foco do mercado de câmbio ontem estava na divulgação dos dados mais recentes de **inflação** do Brasil e dos Estados Unidos - em especial, o número norte-americano.

Às 10h30, o Departamento do Trabalho dos EUA informou que o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,3% em dezembro, depois de ter avançado 0,1% em novembro. O custo de moradia foi responsável por mais da metade do aumento do índice.

Nos 12 meses até dezembro, os preços ao consumidor aumentaram 3,4%, depois de alta de 3,1% em novembro. Economistas consultados pela Reuters previam altas de 0,2% no mês e de 3,2% na comparação anual.

Os números acima do esperado fizeram os rendimentos dos Treasuries renovarem algumas máximas no exterior e deram certa sustentação ao dólar ante as demais divisas. Por trás do movimento estava a leitura de que, com a **inflação** acima do esperado, o Fed terá menos espaço para iniciar seu ciclo de cortes de juros já em março.

Este entendimento fez o dólar à vista renovar a máxima no Brasil até então, de R\$ 4,8940 (+0,04%), às 11h07, mas o impulso era claramente limitado.

"O que aconteceu aqui foi o desmonte de posições defensivas (no dólar) quando (a cotação) bateu nos R\$ 4,89, por uma leitura de que, mesmo que o dado (de **inflação**) tenha vindo um pouco acima do esperado, ele ainda não muda a intenção do Fed de cortar juros", comentou o diretor da Correpart Corretora, Jefferson Rugik.

Na avaliação do diretor da consultoria Wagner Investimentos, José Faria Júnior, os dados do CPI foram piores do que o esperado, mas "não tão ruins".

"Eles vieram em linha com as projeções do Fed de Cleveland", pontuou. "Após os números, a bolsa piorou, o dólar subiu, mas tudo dentro do roteiro. Os dados não mudaram a visão de um dólar fraco no Brasil, porque o Fed vai cortar juros, ainda que não seja em março", acrescentou, lembrando que a balança comercial brasileira também segue favorável, o que favorece cotações mais baixas.

Em meio a esta percepção, o dólar à vista marcou a mínima de R\$ 4,8592 (-0,67%) às 11h38.

Durante a tarde, a moeda à vista voltou a se fortalecer ante o real, com o dólar também ganhando força ante outras divisas no exterior. Isso fez com que a moeda marcasse a máxima do dia às 15h01, de R\$ 4,8960 (+0,08%), mas a divisa retornou ao território negativo logo depois.

Durante a tarde, profissionais também afirmaram que o atraso na divulgação do fechamento da taxa de câmbio Ptax, pelo Banco Central, prejudicava os negócios. O fechamento foi divulgado com cerca de 4 horas de atraso, pouco depois das 17h. Isso ocorreu por conta do movimento dos servidores do BC, que tem adiado divulgações de dados econômicos desde o ano passado.

O BC vendeu todos os 16.000 contratos de swap cambial tradicional ofertados na rolagem dos vencimentos de março.

(Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Proporção sobe a 77,6% em dezembro

Do Estadão Conteúdo

Os brasileiros ficaram mais endividados na passagem de novembro para dezembro de 2023, enquanto a inadimplência registrou ligeira melhora, apontou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na média anual, o endividamento caiu em 2023 pela primeira vez desde 2019, e a inadimplência alcançou um ápice de quase um terço da população, reforçou a entidade, na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

A proporção de famílias com contas a vencer passou de 76,6% em novembro para 77,6% em dezembro de 2023. O resultado, porém, ainda é mais baixo que o de um ano antes, em dezembro de 2022, quando 78,0% das famílias estavam endividadas.

"Endividamento é algo fundamental para o desenvolvimento econômico, pois o crédito é o trampolim do sistema capitalista", ponderou o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, em nota oficial. "A inadimplência é um resultado adverso do endividamento, causado pela renda baixa do brasileiro e pela volatilidade da economia do País", completou.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

"O crescimento no endividamento no último mês levanta um ponto de atenção em relação ao endividamento das famílias brasileiras, dado o elevado percentual das famílias endividadas. Não obstante o elevado percentual de famílias endividadas, as dívidas das famílias em relação ao **PIB** estão em torno de 30%, o que não é um percentual elevado quando comparado ao mercado americano, onde as dívidas das famílias representam 73% do **PIB** dos Estados Unidos", acrescentou o estudo da CNC.

A fatia de consumidores com contas em atraso diminuiu de 29,0% em novembro para 28,8% em dezembro de 2023. Em dezembro de 2022, a proporção de famílias inadimplentes era mais elevada, 30,0% tinham contas em atraso.

A parcela de famílias que afirmaram não terem condições de pagar as dívidas atrasadas recuou de 12,5% em novembro para 12,2% em dezembro de 2023.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Proporção de endividados sobe a 77,6% em dezembro e a de inadimplentes cai a 28,8%

DANIELA AMORIM Agência Estado

inadimplentes, recuou de 12,5% em novembro para 12,2% em dezembro de 2023.

Os brasileiros ficaram mais endividados na passagem de novembro para dezembro de 2023, enquanto a inadimplência registrou ligeira melhora, apontou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na média anual, o endividamento caiu em 2023 pela primeira vez desde 2019, e a inadimplência alcançou um ápice de quase um terço da população, reforçou a entidade, na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

A proporção de famílias com contas a vencer passou de 76,6% em novembro para 77,6% em dezembro de 2023. O resultado, porém, ainda é mais baixo que o de um ano antes, em dezembro de 2022, quando 78,0% das famílias estavam endividadas.

"Endividamento é algo fundamental para o desenvolvimento econômico, pois o crédito é o trampolim do sistema capitalista", ponderou o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, em nota oficial. "A inadimplência é um resultado adverso do endividamento, causado pela renda baixa do brasileiro e pela volatilidade da economia do País", completou.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

"O crescimento no endividamento no último mês levanta um ponto de atenção em relação ao endividamento das famílias brasileiras, dado o elevado percentual das famílias endividadas. Não obstante o elevado percentual de famílias endividadas, as dívidas das famílias em relação ao **PIB** estão em torno de 30%, o que não é um percentual elevado quando comparado ao mercado americano, onde as dívidas das famílias representam 73% do **PIB** dos Estados Unidos", acrescentou o estudo da CNC.

A fatia de consumidores com contas em atraso diminuiu de 29,0% em novembro para 28,8% em dezembro de 2023. Em dezembro de 2022, a proporção de famílias inadimplentes era mais elevada, 30,0% tinham contas em atraso. A parcela de famílias que afirmaram não terem condições de pagar as dívidas atrasadas, permanecendo assim

Mudanças na Esplanada são pontuais e não indicam reforma ministerial

Vinicius Doria

+

A confirmação de mudança no Ministério da Justiça - com o anúncio do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski no lugar de Flávio Dino - não é a única troca de postos nos escalões mais altos da Esplanada dos Ministérios.

Na pasta de Minas e Energia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exonerou o secretário executivo, Efrain da Cruz, que será substituído pelo atual consultor jurídico do órgão, Arthur Valério.

Em outubro do ano passado, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República abriu uma investigação contra Efrain da Cruz por supostos desvios éticos decorrentes de eventual falta de transparência e imprecisões na agenda pública, referente à inspeção administrativa em empresa fiscalizada, relacionados à época em que o servidor trabalhava como diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Por motivos diferentes, outra cadeira de secretário executivo deverá ter novo ocupante até o início de fevereiro. Ricardo Cappelli, atual número dois do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, deve deixar o cargo até o fim deste mês.

O cargo de secretário executivo adjunto do Ministério da Justiça, porém, já está vago. O número três na hierarquia do órgão, Diego Galdino, também foi exonerado, nesta quinta-feira.

A terceira mudança no segundo escalão está em curso dentro do próprio Palácio do Planalto. Na terça-feira, a secretária executiva da Secretaria-Geral da Presidência, Maria Fernanda Ramos Coelho, também deixou o governo, em um momento em que o titular da pasta virou alvo de uma denúncia de uso irregular de dinheiro público.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu à Corte que abra investigação para apurar possíveis condutas atentatórias à moralidade administrativa e em desvio de finalidade no uso de verbas públicas referentes à viagem que o secretário-geral da Presidência, Márcio Macêdo, e três assessores fizeram a Aracaju para participar de uma festa de carnaval fora de época, em novembro do ano

passado.

Macêdo informou, nesta quinta-feira, em entrevista coletiva, que abriu sindicância para apurar a situação dos três assessores que viajaram com passagens e estadias pagas com dinheiro público. Disse que foi a Aracaju com recursos próprios, em voo comercial e fora do expediente. Sobre a liberação de verbas para os assessores, afirmou ter havido um erro formal do gabinete.

A viagem custou cerca de R\$ 18,5 mil, liberados com autorização direta de Macêdo. Informações veiculadas na imprensa de que Maria Fernanda Coelho pediu demissão por não concordar com essas viagens foram usadas pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado para subsidiar o pedido de investigação no TCU.

Apesar das especulações de que Lula poderia aproveitar a troca na Justiça para promover uma reforma mais ampla em sua equipe ministerial, fontes do Planalto negam a possibilidade. No entorno do presidente, segundo apurou o Correio, as mudanças em curso são consideradas pontuais e específicas e que uma **reforma ministerial** só deve ocorrer em abril, quando vence o prazo de desincompatibilização de ocupantes de cargos públicos que pretendam se candidatar nas eleições municipais, em outubro.

Orientação é trabalhar

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Wellington Dias, comentou, ao Correio, que não há nenhuma **reforma ministerial** sendo gestada. Tive o privilégio de ter vários momentos com o presidente neste ano e, em nenhum deles, o vi tratar de mudanças. Teve uma reunião com todos os ministros, e a orientação que ele (Lula) deu é que todo mundo deve seguir empenhado, trabalhando, declarou Dias.

Até ministros que, no ano passado, acenaram com a possibilidade de deixar o governo por motivos pessoais, como o titular da Defesa, José Múcio Monteiro, informaram a seus auxiliares que devem permanecer no cargo por mais tempo. Em conversas reservadas, ele costumava dizer que, após um ano no governo, havia cumprido as principais missões dadas por Lula: pacificar a relação das Forças Armadas com

o novo governo petista e avançar nos programas de investimentos militares.

Apesar da vontade de voltar para Recife e passar mais tempo com a família, o ministro confia a assessores que o presidente sequer admite conversar com ele sobre sua possível saída.

José Múcio, inclusive, repassou à equipe a mais nova missão dada por Lula, que é montar, em 30 dias - em conjunto com o Ministério da Justiça -, um plano para reforçar a fiscalização na fronteira norte do país, uma das ações anunciadas pelo governo para proteger a Terra Indígena Yanomami, em Roraima. (Colaborou Henrique Lessa)

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/01/6785120-mudancas-na-esplanada-sao-pontuais-e-nao-indicam-reforma-ministerial.html>

Mercados têm reação contida a inflação resiliente no Brasil e EUA

Gabriel Caldeira, Matheus Prado, Arthur Cagliari e Gabriel Roca De São Paulo

Investidores fizeram vista grossa para dados de **inflação** acima do consenso no Brasil e nos Estados Unidos e os mercados tiveram reação contida ontem. A leitura é que os dados não são suficientes para que o Federal Reserve (Fed, banco central americano), e consequentemente o Banco Central brasileiro, mudem o plano de voo.

A taxa da T-note de 2 anos caiu de 4,363% para 4,258%, e o rendimento da T-note de 10 anos de 4,034% para 3,969%. No Brasil, a taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 saiu de 10,14% para 10,115% e a do DI para janeiro de 2027 recuou de 9,905% para 9,845%. O dólar teve queda de 0,34%, a R\$ 4,8746, e o Ibovespa caiu 0,15%, para 130.649 pontos, pressionado pela baixa de 11,78% das ações da MRV.

Amplamente esperados pelo mercado, dados de **inflação** do Brasil e dos EUA referentes a dezembro vieram levemente acima das expectativas, mas, na prática, tiveram impacto limitado no dia.

Para os analistas Ian Lyngen e Ben Jeffery, do BMO Capital Markets, a reação do mercado de Treasuries não só desafia os dados do CPI como também a retórica do Fed. A presidente do Fed de Cleveland, Loretta Mester, avaliou que o CPI mostra que o trabalho do Fed em reduzir a **inflação** à meta de 2% ainda não acabou e, por isso, "março ainda é muito cedo para começar os cortes de juros".

O presidente do Fed de Richmond, Thomas Barkin, foi na mesma linha ao afirmar que ainda espera ser "convencido" de que a **inflação** está caminhando para 2%.

Já Austan Goolsbee, de Chicago, repetiu seu tom suave ao afirmar que os cortes de juros devem vir se a **inflação** mantiver a tendência atual.

De qualquer forma, o mercado manteve a projeção de que os cortes começarão no primeiro trimestre para um total de seis reduções de 0,25 ponto percentual em 2024. "A probabilidade de que o Fed se mova ainda é de mais de 60%; uma dinâmica que implica muito mais indiferença em relação à trajetória atual e parece ser

prospectiva em algum aspecto. O processo de determinação de qual aspecto considerar nos deixou sem saber o que fazer. É certo que essa não é a primeira vez que o mercado nos deixa confusos." Uma explicação possível para o mercado ter ignorado o CPI é o fato de que boa parte da alta em dezembro veio do setor de habitação.

Este item pesa menos sobre o índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), medida de **inflação** preferida pelo Fed.

Mauricio Valadares, diretor de investimentos da Nau Capital, diz que a guinada "dovish" do Federal Reserve (Fed) no fim do ano passado deu força ao mercado porque tornou mais palpável a discussão de corte de juros. Mas entende que a reprecificação foi muito agressiva desde então, o que tirou a assimetria positiva dos ativos.

O executivo avalia que investidores globais podem ter embolsado lucros nas primeiras sessões de janeiro para se protegerem de dados que desafiassem o otimismo.

"Os dados de hoje vieram piores e o mercado se comportou bem, indicando melhora. Mas para voltar a andar está difícil, porque a virada foi muito forte e rápida", afirma.

MRV ON liderou as perdas no Brasil, com queda de 11,78%, em meio a rumores de que a companhia revisará para baixo o seu "guidance".

Operadores afirmam ainda que, por conta do alto volume de negócios envolvendo a ação na sessão, é possível que alguns dados possam ter vazado.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187761>